EDITAL DA JORNADA INSTITUCIONAL 2024 - MPRJ

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 15, parágrafo 1º, da Resolução GPGJ nº 2.491/2022, com as alterações que lhe foram conferidas pela Resolução GPGJ nº 2.588/24, faz publicar na rede corporativa interna o presente edital da Jornada Institucional Ordinária de 2024, nos seguintes termos:

I – DA JORNADA INSTITUCIONAL MPRJ 2024

1. As propostas de enunciados já admitidas e elencadas no anexo I deste edital serão submetidas à deliberação na Jornada Institucional Ordinária de 2024, a ser realizada nos dias 29 e 30 de agosto do corrente ano, na sede do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB), localizado na Avenida General Justos , nº 375, 4º andar, sala 1, a partir das 9:30h.
2. Com o escopo de fomentar entre os membros a reflexão e debate de todas as propostas de enunciados admitidas, estará operante, no prazo de 15 dias a partir da publicização deste edital, **o fórum virtual permanente de discussão** no sítio eletrônico do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso - IERBB, permanecendo disponível para participação até 22:00h do dia 28 de agosto de 2024.

<https://s.education1.com.br/ierbb/publico/inscricao/MTAwMDc1OA==>

3. A Jornada Institucional será realizada em caráter híbrido - presencial e remotamente - na forma do presente edital, observada nas deliberações e votações a legitimidade prevista no artigos 3º e 15, parágrafo 2º, da

Resolução GPGJ nº 2.491/22, com as alterações que lhe foram conferidas pela Resolução GPGJ nº 2.588/24.

4. A participação na Jornada Institucional pressupõe inscrição por intermédio de formulário próprio, disponibilizado no sítio eletrônico do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso – IERBB.

<https://sistema.education1.com.br/ierbb/publico/inscricao/MTAwMDc2NA==>

5. Realizada a inscrição, o membro receberá o link de acesso em seu e-mail funcional para viabilizar a participação durante a jornada nas discussões e deliberações.

II – PROGRAMAÇÃO

1. A Jornada Institucional será organizada pela Câmara Técnica instituída na forma do artigo 7º da Resolução GPGJ nº 2.491/22, com as alterações que lhe foram conferidas pela Resolução GPGJ nº 2.588/24, tendo como ato inaugural a análise do quórum de sua instalação, equivalente a, no mínimo, o quantitativo de 10% dos membros ativos, a ser verificado em primeira chamada, às 9:30h, e em segunda chamada às 10:00h, do dia 29 de agosto de 2024.
2. A mesa de condução dos trabalhos de deliberação das propostas de enunciados será composta por um presidente e um vice-presidente, dentre os integrantes da Câmara Técnica, estes secretariados por servidores do IERBB.
3. Declarada instalada a Jornada Institucional, serão colocadas em deliberação as propostas de enunciados agrupadas em cinco temas, na seguinte ordem:
 - a) 29 de agosto de 2024 – deliberação das propostas referentes aos temas cível e tutela coletiva (meio ambiente e urbanismo, contribuinte e consumidor, saúde, cidadania, idoso e pessoa com deficiência).
 - b) 30 de agosto de 2024 – deliberação das propostas referentes aos

temas infância e juventude (infracional e não infracional), NAV (núcleo de apoio à vítima) e penal (criminal, investigação penal, violência doméstica e execução penal).

4. Ao colocar a proposta de enunciado em deliberação, o condutor da mesa promoverá a sua leitura e indicará o(s) proponente(s).
5. Em seguida, será franqueada a manifestação, presencial ou remota, pelo prazo máximo de cinco minutos, do proponente, que, uma vez instado, assim externar interesse em fazê-lo.
6. Na hipótese de proposta coletiva de enunciado, deverão os proponentes combinar entre si a divisão do tempo máximo de cinco minutos para exposição.
7. Também será possível nesta fase que o(s) proponente(s) indique(m), em substituição, um outro membro ativo presente física ou virtualmente para a defesa da proposição, no mesmo prazo declinado nos dois itens anteriores.
8. Ausente o(s) proponente(s), ou não demonstrando interesse em se manifestar(em) oralmente, ou indicar(em) eventual substituto, e apenas nestas hipóteses, será aberta a oportunidade para um, dentre os outros membros interessados, de se pronunciar, presencial ou remotamente, a favor da proposta de enunciado em debate, pelo prazo máximo de cinco minutos.
9. Ato seguinte, será aberta a oportunidade para um, dentre os membros interessados, de se manifestar, presencial ou remotamente, contra a proposta de enunciado em debate, pelo prazo máximo de cinco minutos.
10. O tempo máximo total de discussão de cada proposição de enunciado será de vinte minutos, facultando-se à Câmara Técnica, neste interregno, conferir réplicas e tréplicas, bem como conceder alternativamente a palavra a outros membros ativos que desejem discorrer contrária ou favoravelmente à proposta de enunciado.
11. Em observância ao limite temporal referido no item anterior, será ainda possível a realização, pela direção da mesa, de sorteio para escolha do(s) expositor(es) dentre os interessados, quando, por seu número excessivo,

estiver em risco o prazo máximo total de debate.

12. Até o início da votação, será possível ao(s) proponente(s) solicitar(em) à Câmara Técnica a desistência da proposta de enunciado, com sua consequente retirada de pauta e arquivamento.

III – DO PROCESSO DE DELIBERAÇÃO

1. Encerrados os debates, o condutor da mesa conclamará aos membros legitimados, na forma do artigo 3º, da Resolução GPGJ nº 2.491/22, com as alterações que lhe foram conferidas pela Resolução GPGJ nº 2.588/24, a externarem seus votos, sendo o “SIM” pela aprovação e o “NÃO” pela rejeição da proposta.
2. A votação se dará de forma concomitante entre os participantes presentes, física e virtualmente, pelo prazo improrrogável de 2 (dois) minutos.
3. A deliberação das propostas se circunscreve unicamente a aprovação ou rejeição da proposição, sendo vedada a modificação dos estritos termos de cada proposta de enunciado já admitida.
4. Serão consideradas aprovadas as propostas que alcançarem 2/3 dos votos, dentre os participantes presentes, física e remotamente, ignorando-se no cômputo as abstenções, expressas ou tácitas, ou qualquer outro tipo de resposta que não seja “SIM” ou “NÃO”.
5. Computados os votos válidos proferidos, o condutor da mesa proclamará o resultado e consequentemente a aprovação ou não do enunciado.
6. Os enunciados aprovados observarão as providências descritas no artigo 16 e parágrafos da Resolução GPGJ nº 2.491/22, com as alterações que lhe foram conferidas pela Resolução GPGJ nº 2.588/24.

IV- DISPOSIÇÕES GERAIS

As questões não previamente reguladas na Resolução GPGJ nº 2.491/22, com

as alterações que lhe foram conferidas pela Resolução GPGJ nº 2.588/24, e no presente edital, eventualmente levantadas de forma incidental durante a Jornada Institucional, serão decididas pela Câmara Técnica.

ANEXO - I

EXTRATO DAS PROPOSTAS DOS ENUNCIADOS E JUSTIFICATIVAS

PROPOSTA Nº 1 - Sempre que uma criança ou adolescente for afastado da família de origem, sendo inserido em acolhimento institucional ou família acolhedora, o membro do MP com atribuição deverá ajuizar ação de afastamento do convívio familiar em face dos genitores ou responsáveis legais, de forma a garantir o contraditório dos últimos. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0028985.2024-14)

Justificativa: O afastamento de crianças e adolescentes da família de origem ocorre, muitas vezes, pela atuação do Conselho Tutelar, em situações de urgência. Com a comunicação do acolhimento ao juízo, costuma-se instaurar processo judicialiforme, sem garantir o contraditório aos pais ou responsáveis. Isso gera situações esdrúxulas e ilegais, em que os pais ou responsáveis são intimados para estudos psicossociais ou audiências, sem a sua prévia citação para se defenderem. De forma a acabar com essa situação de ilegalidade, sugere-se a proposta de enunciado acima, de forma a garantir tanto o direito das crianças e dos adolescentes, quanto dos pais ou responsáveis em se defenderem.

PROPOSTA Nº 2 - De acordo com o tema de repercussão geral do STF n. 698, a decisão judicial, como regra, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. O Ministério Público deve zelar e diligenciar para que este plano, a ser apresentado pelo gestor e aprovado pelo juiz, esteja de acordo com standards e evidências técnico-científicas reconhecidos por organizações e entidades de renome nacional e internacional, bem como com a política de saúde já instituída e normatizada, sob pena de concorrer para a desorganização do Sistema Único de Saúde e para o descompasso ou desarmonia com os demais entes da federação. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0028987.2024-57)

Justificativa: A jurisprudência do STJ assevera que, para evitar a indevida ingerência na esfera de atuação reservada ao administrador, não deve escapar ao magistrado a distinção entre políticas públicas legisladas, judicializadas por conta de infração, e políticas públicas judicialmente instituídas ou extraídas a partir da generalidade do sistema normativo vigente (REsp nº 1.723.590/RJ, DJe 26/11/2018). Neste passo, não podemos esquecer que a política de saúde é altamente regulada. São previstas na normatização SUS políticas setoriais e protocolos regulados por nível de atenção à saúde (atenção primária e especializada); bem como por público-alvo (população idosa, negra, indígena, criança e adolescente, pessoa com deficiência, etc.); por agravos ou doenças. A atenção à saúde da população no Brasil é planejada, pactuada e organizada em redes, regionalizadas e hierarquizadas, por força de lei (artigo 7º da Lei n. 8.080/90), com competências definidas aos três níveis de gestão. As linhas de cuidado (baseadas em diretrizes e protocolos clínicos) servem como guias para o detalhamento da forma de articulação entre as várias unidades e os atendimentos prestados na rede. Os aspectos operacionais, financeiros e administrativos do SUS são definidos por uma gestão compartilhada entre a União, estados e municípios. Em boa parte da normatização do SUS, há a previsão do rol de serviços que devem ser prestados pelas redes de saúde; das equipes profissionais mínimas para unidades de saúde; da forma de financiamento dos serviços; da forma como a rede deve ser acessada pelos pacientes (regulação de acesso); entre outras questões técnicas. Há muitas regras, portanto, de planejamento, gestão e cuidado já positivadas. Esta normatização é formulada e aprovada, com base em critérios, estudos e evidências científicas, com a participação dos três níveis federativos (federal, estadual e municipal), e ainda é objeto da deliberação da população e dos profissionais de saúde, através das instâncias de controle social do SUS previstas na Lei n. 8.142/90. As ações e serviços de saúde executados pela gestão municipal são cofinanciados pelos demais entes da federação (financiamento tripartite), assim como as ações estaduais são cofinanciados pela União, a partir do planejamento e da pactuação celebrados nas instâncias colegiadas de gestão, as quais estão formalmente institucionalizadas pela legislação vigente. O “plano a ser exigido”, portanto, pelo juiz, em ações que versem sobre os serviços de saúde, deve ser aderente à política pública já instituída, sob pena de concorrer para a desestruturação do Sistema Único de Saúde, criando soluções desarmoniosas ou díspares com as ações implementadas pelos demais entes da federação, em nível nacional. O cofinanciamento, o planejamento e a gestão compartilhados do sistema de saúde, ao mesmo tempo que protegem a autonomia federativa, vinculam os entes subnacionais. Em aderência a esta base normativa, o Supremo Tribunal Federal asseverou, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6421, 6422, 6424, 6425, 6427, 6428 e 6431, todas relatadas pelo Ministro Luís Roberto Barroso e julgadas recentemente (anos 2020 e 2021), que as autoridades administrativas devem levar em consideração, na formulação de políticas, standards e evidências técnico científicas, tal como estabelecidos por organizações e entidades reconhecidas nacional e

internacionalmente. As opções de cada gestão governamental nesta matéria deixaram, portanto, de depender do critério exclusivamente discricionário e/ou político do gestor para se fundamentar também na observância aos compromissos pactuados e às balizas técnicas impostas pela legislação específica, considerados indispensáveis para que exista, do ponto de vista legal, uma motivação válida aos atos administrativos. Neste ponto tema 698, é preciso lembrar, portanto, que a discricionariedade administrativa é restrita ou regulada, e deve ser fiscalizada pelo Ministério Público.

PROPOSTA Nº 3 - É cabível a extinção, por falta superveniente de interesse de agir, de representação administrativa quando, no curso do processo, for verificada a cessação de situação de risco e a falta de condições econômicas dos réus para arcar com a multa prevista no art. 249 do ECA. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033209.2024-38)

Justificativa: *A representação administrativa, quando proposta em face dos responsáveis legais em razão do descumprimento doloso ou culposos dos deveres inerentes ao poder familiar ou decorrentes de tutela ou guarda, possui não apenas o aspecto sancionador, mas também busca a observância dos direitos da criança ou do adolescente. Assim, ausente a necessidade de aplicação de qualquer outra medida protetiva diante da cessação da situação de risco e a falta de condições econômicas dos réus, não há resultado útil que se possa esperar do processo. O enunciado busca, portanto, garantir maior efetividade da atuação ministerial permitindo que sejam concentrados os recursos humanos e materiais em demandas de caráter prioritário, que envolvam crianças e adolescentes ainda em efetiva situação de risco.*

PROPOSTA Nº 4 - É cabível a extinção, por falta superveniente de interesse de agir, de representação administrativa quando, esgotadas as diligências cabíveis, ficar comprovada a impossibilidade de localização das crianças/adolescentes vítimas das violações de direitos e seu núcleo familiar. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033407.2024-27)

Justificativa: *Diante da impossibilidade de localização do núcleo familiar não há resultado útil que se possa esperar do processo. O enunciado busca, portanto, garantir maior efetividade da atuação ministerial permitindo que sejam concentrados os recursos humanos e materiais em demandas de caráter prioritário, que envolvam crianças e adolescentes ainda em efetiva situação de risco.*

PROPOSTA Nº 5 - É cabível a extinção, por falta superveniente de interesse de

agir, de representação administrativa quando, no curso do processo, for alcançada a maioridade civil pelo adolescente vítima das violações de direitos e verificada a falta de condições econômicas dos réus para arcar com a multa prevista no art. 249 do ECA. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033408.2024-97)

Justificativa: A representação administrativa, quando proposta em face dos responsáveis legais em razão do descumprimento doloso ou culposo dos deveres inerentes ao poder familiar ou decorrentes de tutela ou guarda, possui não apenas o aspecto sancionador, mas também busca a observância dos direitos da criança ou do adolescente. Assim, diante da maioridade civil e da falta de condições econômicas dos réus, não há resultado útil que se possa esperar do processo. O enunciado busca, portanto, garantir maior efetividade da atuação ministerial permitindo que sejam concentrados os recursos humanos e materiais em demandas de caráter prioritário, que envolvam crianças e adolescentes em efetiva situação de risco.

PROPOSTA Nº 6 - Na fiscalização da relação estabelecida entre o Poder Público e os servidores públicos efetivos, comissionados, temporários e terceirizados, para prestação de serviço no Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério Público deve promover a fiscalização por meio de medidas estratégicas, preventivas e repressivas, com a finalidade de averiguar a criação de efetivos mecanismos de controle de assiduidade de profissionais de saúde, observando o princípio da publicidade, observando os ditames da Lei de Acesso à Informação, quanto à obrigatoriedade de atualização do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e a necessidade de implementação de Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SISREF) – Inoponibilidade dos princípios da reserva do possível e da separação dos poderes, para implementação dos sistema de registro eletrônico, quando se trata de mecanismo necessário à efetiva implementação do direito fundamental à saúde – Temas em repercussão geral STF 220 e 698. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033880.2024-60)

Justificativa: O projeto de enunciado acima integrou Orientação de Estratégia de Atuação CAO Saúde nº 05/2023, cabendo sua submissão no âmbito interno do MPRJ, para fixação de diretriz institucional, com as devidas adaptações, visando à fiscalização por meio de medidas estratégicas, preventivas e repressivas, com o objetivo de averiguar a criação de efetivos mecanismos de controle de assiduidade de profissionais de saúde, ante o recorrentemente recebimento de demandas, pelos órgãos de execução

especializados na tutela coletiva da saúde, noticiando a ausência desses profissionais nas unidades básicas.

PROPOSTA Nº 7 - Considerando o alto índice de mortes maternas e infantis evitáveis ocorridas no Estado do Rio de Janeiro e o compromisso de redução das taxas firmado pelo Brasil internacionalmente, o Promotor de Justiça deve priorizar o tema mortalidade materna e promover o fortalecimento dos Comitês de Prevenção da Morte Materna e Comitês de Prevenção da Mortalidade Infantil, acompanhando a efetivação das recomendações técnicas realizadas a partir das investigações e enviadas ao secretário municipal de saúde. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033883.2024-76)

Justificativa: *O projeto de enunciado acima integrou Orientação de Estratégia de Atuação CAO Saúde nº 12/2023, cabendo sua submissão no âmbito interno do MPRJ, para fixação de diretriz institucional, com as devidas adaptações, considerando o compromisso do governo brasileiro com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, em relação às metas da Mortalidade Materna e na Infância, ou seja, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.*

PROPOSTA Nº 8 - Devem os órgãos de execução do Ministério Público priorizar a fiscalização integrada da correta execução do Programa Nacional de Imunização, observando a intersectorialidade da matéria nas tutelas coletivas da saúde, educação e defesa da cidadania, recomendando aos gestores públicos a realização de buscas ativas de não vacinados; a apresentação do plano de ação local para executar as ações de multivacinação e o diagnóstico situacional do acesso às vacinas da população alvo; assegurar a estrutura e o funcionamento da Rede de Frios do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e das salas de vacinação, com estoque suficiente de imunizantes; a capacitação de servidores, para vacinação e lançamento dos registros na Rede Nacional de Dados de Saúde, através dos sistemas de registros; bem como a realização de ações extramuros, tal qual a Política Nacional de Saúde nas Escolas (vacinação nas escolas). (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033886.2024-92)

Justificativa: *O projeto de enunciado acima decorre do baixo índice de cobertura vacinal*

do Estado do Rio de Janeiro e o compromisso assumido pelo MPRJ junto ao Pacto Nacional pela Consciência Vacinal do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo o CAO-Saúde/MPRJ expedido as orientações de estratégia de atuação nº 14/2023 e 19/2024, objetivando fomentar as Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva na fiscalização das políticas e programas voltados para esse segmento, inclusive, com a previsão de imposição de obrigatoriedade aos genitores, para vacinação de crianças, conforme previsto no entendimento do STF quando do julgamento do Tema em Repercussão Geral STF nº 1.103 e na medida cautelar requerida na ADF 1.123.

PROPOSTA Nº 9 - As Promotorias de Tutela Coletiva da Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente com atribuição para atuar em territórios suscetíveis a desastres socioambientais deverão prioritariamente fomentar a elaboração, por parte dos gestores municipais, dos planos de contingência ou ação nas áreas de defesas civil, saúde e assistência social. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033892.2024-27)

Justificativa: *Tendo em vista o agravamento do quadro das mudanças climáticas e a intensificação dos desastres, aumentando a quantidade de danos e prejuízos para as pessoas, é imperioso que os municípios atuem na prevenção e preparação para tais eventos extremos, dentre outras coisas, elaborando seus planos de ação, ou planos de contingência nas áreas de saúde, assistência social e defesa civil. É dever do Ministério Público fomentar tais iniciativas para contribuir com a construção da resiliência e prevenção de danos individuais e coletivos.*

PROPOSTA Nº 10 - O Ministério Público deverá fomentar a elaboração dos Planos Municipais de Redução de Risco de Desastre (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033894.2024-70)

Justificativa: *Os planos municipais de redução de riscos - PMRR buscam reconhecer os riscos existentes nos territórios de forma a embasar a construção de políticas públicas para redução de riscos através de ações estruturais e não estruturais, sendo um importante instrumento para o planejamento das ações de mitigação e prevenção de desastres. Diante das mudanças climáticas e do agravamento da ocorrência de desastres de grande magnitude é primordial que o MP atue firmemente na indução das estratégias que visem à redução de agravos diante de eventos extremos.*

PROPOSTA Nº 11 - O Ministério Público deverá fomentar a criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil nos municípios suscetíveis a desastres,

através da atuação integrada com as comunidades vulneráveis e interlocução com as coordenadorias municipais de defesa civil. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0033895.2024-43)

Justificativa: Ante o quadro de mudanças climáticas e aumento no número de desastres, bem como a necessidade de preparar as comunidades vulneráveis para os eventos extremos, através de medidas não estruturais, exsurge a premência da atuação do Ministério Público no fomento à criação de tais estruturas, previstas na lei nacional de defesa civil. Os NUDECS são estruturas que tem a possibilidade de minimizar perdas de vidas e danos através da capacitação e treinamento dos moradores de áreas de risco, auxiliando no aumento da percepção de risco e resiliência.

PROPOSTA Nº 12 - O prazo prescricional da pena de multa ocorre no mesmo prazo estabelecido para a prescrição da pena privativa de liberdade, conforme preceitua o art. 114, inciso II, do Código Penal, uma vez que a nova redação do art. 51 do aludido diploma legal não retirou o caráter penal da multa. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034095.2024-75)

Justificativa: A relevância do tema se reveste de suma importância, na medida em que a partir do momento em que a multa passou a ser reconhecida como pena e não como dívida de valor, por força da nova redação do art. 51 do Código Penal, dada pela Lei 13.964/2019, não se aplica o prazo prescricional previsto para a execução fiscal e sim os prazos prescricionais estabelecidos no art. 114 do Código Penal. Portanto, o enunciado proposto busca dar efetividade ao referido dispositivo legal, que preceitua que a prescrição ocorre em dois anos quando a multa for a única sanção cominada ou aplicada e quando for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada à pena corporal, acompanhará o prazo desta.

PROPOSTA Nº 13 - A sustentabilidade ambiental é princípio que não pode ser dissociado da REURB-S (arts. 9º§ 1º e 13, I da Lei 13.465/2017). Cabe ao Ministério Público, quando não for o seu proponente, a fiscalização dos estudos socioambientais e da análise de risco do projeto, exigidos para a regularização fundiária de ocupações de baixa renda nas APPs, áreas de proteção de mananciais e unidades de conservação de uso sustentável (art. 11 § 2º da Lei 13.465/2017). Estes devem visar à melhoria e adequação urbanística, ambiental e social das moradias existentes no núcleo informal e seu entorno, já que o escopo do instrumento não se restringe à regularização registral das ocupações.

(PGEA SEI nº 20.22.0001.0034105.2024-96)

Justificativa: *O direito à moradia, se situa entre os mais relevantes, em razão de sua essencialidade. Consequência de um quadro de desigualdade social, associado à falta de planejamento urbano, as cidades brasileiras vêm observando, há décadas, a ocupação desordenada de espaços de grande valor ambiental, como as áreas de preservação permanente, de proteção de mananciais, entre outras unidades de conservação. Os moradores são, em regra, pessoas de baixa renda. Tal situação além de agravar os danos ao meio ambiente, acarreta riscos à vida e à segurança dessas populações. A lei 13.465/2017, que visa, entre outros, à regularização fundiária desses núcleos de ocupação informal, possui inquestionável relevância socioambiental. Os projetos destinados a tal fim, por força da própria lei, devem ter como princípio básico a sustentabilidade, compatibilizando o uso econômico com a proteção do meio ambiente. (artigo 9º, § 1º da Lei 13.465/2017). Os entes federativos, no entanto, ao implantar as REURB-S (destinadas às camadas mais pobres – art. 13, I da Lei 13.465/2017), restringem os projetos à mera regularização registral, mediante concessão de títulos, em regra visando ganhos eleitorais, em detrimento de medidas de preservação ambiental. Essa omissão acarreta danos ecológicos, além de agravar riscos de enchentes e deslizamentos de terra. O Ministério Público, quando não for o seu proponente (artigo 14, V da Lei 13.645/17), em vista da importância dos citados direitos, alguns de amparo constitucional (artigos 6º e 225 da CF), deve, assim, acompanhar os projetos das REURB-S, através da fiscalização dos estudos socioambientais e das análises de risco, exigidos nas hipóteses de ocupação de áreas de preservação permanente – APPs e de unidades de conservação de uso sustentável (art. 11 § 2º da Lei 13.465/17). Essa intervenção, face à presença de relevantíssimo interesse público, de natureza social, ainda que não explicitada em lei, fundamenta-se no perfil constitucional do Ministério Público, de que tratam os artigos 127 e 129, II, III e IX da Constituição Federal, e no artigo 178, I do Código de Processo Civil.*

PROPOSTA Nº 14 - É prerrogativa do membro do Ministério Público, como titular da ação socioeducativa, a iniciativa para concessão de remissão pré-processual cumulada com medidas socioeducativas em meio aberto, como forma de exclusão do processo, após a valoração das circunstâncias e consequências da infração, do contexto social e das condições pessoais do adolescente, em respeito aos princípios da oportunidade, da intervenção precoce e da excepcionalidade da intervenção judicial, na forma prevista nos artigos 126 a 129 e 181 do ECA, art. 11 das Regras de Beijing e art. 35, II da Lei do SINASE, devendo ser observada a necessidade de que o procedimento seja submetido à

apreciação da defesa técnica do adolescente, para garantia do contraditório e do devido processo legal. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034112.2024-04)

Justificativa: *Trata o presente enunciado sobre a possibilidade jurídica de o representante do Ministério Público propor a remissão pré-processual cumulada com medida socioeducativa em meio aberto, como forma de exclusão do processo. Na análise do tema, verifica-se que após a realização da oitiva informal, conforme determina o artigo 180 do ECA, poderá o membro do Ministério Público, promover o arquivamento dos autos, conceder remissão ou oferecer representação pelos fatos em apuração. Nessa fase de atuação ministerial, se constatados indícios mínimos da prática de ato infracional, após análise das circunstâncias e consequências do ato, contexto social e personalidade do adolescente, o Promotor de Justiça poderá conceder remissão como forma de exclusão do processo. A possibilidade de concessão da remissão ministerial cumulada com medidas socioeducativas em meio aberto, está expressamente prevista nas normativas internacionais e nos artigos 126 e 127 do ECA. Portanto, resta claro que o Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza que, à exceção das medidas de internação e de semiliberdade, é possível acordar em sede de remissão todas as outras medidas em meio aberto previstas no artigo 112 do ECA, bem como qualquer das medidas protetivas previstas no artigo 101, incisos I a VI, do mesmo diploma legal. O instituto da remissão pré-processual, concedida pelo membro do Ministério Público, como forma de exclusão do processo, encontra sua origem no item 11 das Regras de Beijing que consagra o princípio da excepcionalidade da intervenção judicial. Tal previsão também encontra assento no artigo 35, inciso II, da Lei nº 12594/2012 e na Recomendação 87/2021 do Conselho Nacional de Justiça, em seu art. 3º, II. Importante destacar que toda a sistemática do Estatuto da Criança e do Adolescente é amparada no princípio da proteção integral, que guarda estreita relação com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, e impõe que os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos busquem a solução que proporcione o maior benefício e proteção possíveis para estes sujeitos de direito. É buscando a proteção integral célere que atua o Ministério Público concedendo a remissão ministerial condicionada ao cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, também conhecida como remissão qualificada. Desse modo, com fundamento no arcabouço normativo internacional, subscrito pelo Estado Brasileiro e replicado na legislação interna, observa-se que o instituto tem por escopo evitar a judicialização do conflito, priorizando os métodos autocompositivos, tudo com base no princípio da excepcionalidade da intervenção judicial. De fato, o instituto viabiliza que o adolescente que se envolve em ato infracional possa ser responsabilizado de forma célere, adequada, menos prejudicial, sempre observando o devido processo legal, o que se conforma plenamente com o princípio da prioridade absoluta, consagrado no artigo 227 da Constituição Federal, que tem como consectários os princípios da atualidade e intervenção precoce. O Ministério Público, enquanto titular da representação por ato*

infracional, não pode ser obrigado a deflagrar uma ação socioeducativa que entendeu ser desnecessária. Além disso, uma vez aceita pelo adolescente e seu responsável legal a proposta de remissão cumulada com medidas socioeducativas em sede de oitiva informal, deverá ser oportunizado à sua defesa técnica a manifestação quanto a proposta ministerial, antes de homologada pelo juiz, para que produza os efeitos jurídicos dela decorrentes.

PROPOSTA Nº 15 - Os prazos prescricionais da pena de multa, previstos no artigo 114 do Código Penal, deverão ser acrescidos de um terço, no caso de reincidência do condenado, conforme artigo 110 do mesmo diploma legal. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034143.2024-40)

Justificativa: *O enunciado busca ratificar a natureza jurídica de sanção criminal da pena de multa, assim prevista no art. 51 do Código Penal, no art. 5º, inciso XLVI, alínea "c", da Constituição da República e consagrada nas decisões dos Tribunais Superiores.*

PROPOSTA Nº 16 - Independente do valor da multa penal, somente é cabível o indulto da pena de multa com base no Decreto Presidencial nº 11.846/2023 se ausentes quaisquer das vedações previstas no art. 1º do referido decreto. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034154.2024-34)

Justificativa: *O presente enunciado visa reforçar que em se tratando de crimes impeditivos à concessão do indulto, elencados no art. 1º do Decreto Presidencial nº 11.846/2023, a multa aplicada cumulativamente também não será alcançada pelo benefício coletivo.*

PROPOSTA Nº 17 - O Ministério Público é o legitimado ativo para a tutela de interesses de crianças e adolescentes em acolhimento, porquanto substituto processual indicado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Nestas hipóteses, não é cabível a intervenção de curador especial, defensor da criança, *custus vulnerabilis*, dentre outras denominações. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034217.2024-79)

Justificativa: *Na linha do entendimento consolidado pelo STJ, nos processos e procedimentos de afastamento do convívio familiar, especialmente nos processos de aplicação de medida de acolhimento e de destituição do poder familiar, crianças e adolescentes não integram a relação processual estabelecida como parte, sendo o Ministério Público o seu substituto processual legítimo e exclusivo por definição legal.*

Dessa forma, não há necessidade de regularização de sua representação processual, por meio de curadores especiais. O sistema normativo pátrio conferiu exclusivamente ao Ministério Público como substituto processual o papel de salvaguardar os direitos de crianças e adolescentes, garantindo-lhes sua defesa e proteção, especialmente para aqueles sob o pálio das medidas protetivas, sendo dispensável e descabida a intervenção de curador especial, defensor da criança e do adolescente, custos vulnerabilis ou qualquer outra denominação, nos processos em que o parquet já atua como substituto processual na defesa desse público. Ressalta-se a conformidade do enunciado proposto com a Nota Técnica n. 14 de 2022 do GNDH/CNPG. A referida tese restou acolhida em recente decisão proferida no acórdão da 3ª Turma do STJ no bojo do Agint no Resp. 2051144-RJ (2023/0036227-15), de 09.04.2024, cuja ementa segue transcrita: "AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. ECA. MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. DEFENSORIA PÚBLICA. INTERVENÇÃO. DESNECESSIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA DOS INTERESSES DO MENOR. CABIMENTO. 1. É desnecessária a intervenção da Defensoria Pública nas hipóteses em que os interesses da criança ou adolescente já estejam sendo protegidos pelo Ministério Público. 2. Agravo Interno não provido."

PROPOSTA Nº 18 - O Ministério Público, através de seus órgãos de execução, deve buscar promover uma atuação que fomente a implantação e a fiscalização de ações voltadas para promoção da Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a realização de projetos, programas e benefícios, com dotação orçamentária específica, nos municípios fluminenses com incidência de Insegurança Alimentar (leve, moderada ou grave), vislumbrando-se, assim, a possibilidade de adesão ao SISAN e implantação do COMSEA. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034298.2024-26)

Justificativa: Segundo pesquisa realizada pela PNAD (2023) sobre a Segurança Alimentar, hoje o Brasil conta com, 21,6 milhões de domicílios (27,6%) afetados por algum grau de insegurança alimentar sendo a forma mais grave afeta cerca de 3,2 milhões de domicílios (4,1%) (PNAD,2023). No Estado do Rio de Janeiro a pesquisa da rede PENSAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar – aponta que 2,7 milhões de pessoas, o que equivale a 15% da população do Município do Rio de Janeiro, não tem o que comer, e que deste considerável número, a maioria são mulheres pretas/pardas, 68,6% são desempregados e 42,2% com empregos informais. Há maior prevalência de insegurança alimentar em famílias com menor renda, escolaridade, tipo de ocupação ou situação de desemprego dos responsáveis pelos domicílios (Rede PENSAN/2022). Tendo em vista o crescimento dos Indicadores de Insegurança Alimentar Estado do Rio de Janeiro e a ausência ou escassez de equipamentos

estaduais e municipais que assegurem o acesso à alimentação, seguindo os princípios constitucionais e a lei Federal n.º 11.346/2015 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional onde a alimentação é um direito de todo cidadão brasileiro, que seu acesso deve ser regular, permanente com alimentos em quantidade e qualidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades. Além de reforçar que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Essa proposta pretende fomentar ações que assegurem a garantia do Direito Humano a Alimentação a todos.

PROPOSTA Nº 19 - A fundada suspeita que justifica a entrada de agentes de segurança pública em domicílio, independentemente de mandado judicial, pode basear-se nas peculiaridades do caso concreto, tais como a reação do indivíduo à abordagem policial. Assim, é legítimo o ingresso em residência, após perseguição de suspeito que empreendeu fuga ao notar a presença de policiais. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034299.2024-96)

Justificativa: *A Constituição da República de 1988 estabelece um amplo conjunto de garantias individuais e coletivas. No entanto, é de curial sabença que os direitos fundamentais não são absolutos e podem ser limitados em certas circunstâncias, objetivando sempre a satisfação de um interesse público imperativo. Obviamente, as restrições aos direitos fundamentais devem sempre ser interpretadas de forma restritiva, ou seja, apenas nas hipóteses em que sejam estritamente necessárias para proteger outros valores ou interesses constitucionais, quando os direitos fundamentais, no caso concreto, apresentam uma colidência em seus limites e exercício. Não há dúvidas de que, no Brasil, nestas hipóteses de colisão de direitos fundamentais, o Supremo Tribunal Federal realiza a ponderação. Sendo que, na ponderação realizada, não se reconhece hierarquia entre os direitos, mas sim uma prevalência decorrente de determinada situação. Com isso, em que pese ser garantido pela Magna Carta, o direito à inviolabilidade de domicílio não é ilimitado. Frise-se que a própria Constituição, artigo 5º, inciso XI, prevê hipóteses em que poderá ser afastado: a) consentimento do morador; b) o flagrante delito ou desastre; c) necessidade de prestar socorro; ou d) determinação judicial, durante o dia. Igualmente, é necessário reconhecer que a nossa Constituição também elegeu a segurança pública como direito fundamental, uma vez que configura condição essencial para o exercício pleno da cidadania. A segurança pública recebe expresso amparo constitucional no preâmbulo, no artigo 5º, caput, no artigo 6º, caput, e no Capítulo III, do Título V, pelo artigo 144. Assim, da mesma forma que o direito à inviolabilidade do domicílio é garantido a todos, também é concedido às forças policiais*

o direito de entrar em residências onde esteja ocorrendo crime. Seguindo tal raciocínio, o STF, ao julgar o Recurso Extraordinário 603.616, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 10/5/2016 (Tema 280 da Repercussão Geral), fixou a tese de que: “A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados”. Avançando ainda mais na ponderação entre a inviolabilidade de domicílio e a segurança pública, em decisão recente, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus 169788, reconheceu a legitimidade da conduta de policiais militares que, em razão de fundada suspeita, sem autorização judicial, ingressaram na residência de um suspeito. Em seu voto, o relator Ministro Alexandre de Moraes fez constar que o ingresso dos agentes de segurança pública na residência é devidamente justificado quando o suspeito, ao visualizar a viatura policial, corre para o interior de sua residência. Entendeu o Ministro que “A justa causa, portanto, não exige a certeza da ocorrência de delito, mas, sim, fundadas razões a respeito”. Pelo exposto, é razoável e imperioso se legitimar o ingresso de agentes da lei em domicílio, independentemente de mandado judicial, baseado em fundada suspeita prévia. Entendimento diverso coloca em risco a obrigação do Estado de garantir a efetividade da segurança pública para salvaguarda dos direitos dos cidadãos e a própria proteção da polícia.

PROPOSTA Nº 20 - O Ministério Público, na sua atuação como fiscal da ordem jurídica na insolvência transnacional, verificará a presença dos requisitos legais da cooperação (art. 167-J da Lei nº 11.101/2005) e a inexistência de manifesta ofensa à ordem pública (art. 167-A, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, e art. 17 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, com redação dada pela Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010). (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034301.2024-42)

Justificativa: *Apesar da crítica infundada de parte da doutrina, tradicionalmente empregada na discussão inerente à participação do Parquet nos procedimentos de insolvência sem a particularidade do tratamento da crise da empresa global, a participação do Ministério Público, nos termos do art. 167-A, § 5º, da Lei nº 11.101/2005, é obrigatória em razão dos múltiplos interesses potencialmente conflitantes e a repercussão dos efeitos que essa crise gera para toda a coletividade de credores, nacionais e estrangeiros, e para a sociedade em geral. Estamos de acordo com a opinião de Ronaldo V. Francisco, quando afirma que o legislador optou por determinar a atuação, de forma obrigatória e genérica, do Ministério Público na insolvência transnacional. Esse cenário revela o reconhecimento do interesse público na solução*

da crise da empresa transnacional, exigindo, assim, a intervenção do Ministério Público que, no Brasil, nos termos arts. 176 do Código de Processo Civil e 127 da Constituição da República de 1988, é o destinatário da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A previsão de atuação do Ministério Público brasileiro na insolvência transnacional encontra correspondência no art. 178, I, do Código de Processo Civil e está em harmonia com o seu tradicional e relevante papel, na qualidade de fiscal da ordem jurídica, na tutela de interesses que estão inseridos em processos fora do sistema penal. O Enunciado proposto tem a finalidade de reconhecer a obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, nos procedimentos de insolvência transnacional, devendo observar os pressupostos exigidos pelo art. 167-J para estabelecer o reconhecimento do procedimento estrangeiro ou pedido de assistência no Brasil, além de verificar a ausência de manifesta ofensa à ordem pública (art. 167-A, § 4º, e art. 17 do Decreto-Lei nº 4657/42). A doutrina ressalta que a “ofensa à ordem pública” não está relacionada às normas consideradas cogentes e que, em nosso sistema jurídico vigente, estariam fora do alcance da disposição das partes, mas, sim, àquelas garantias constitucionais fundamentais. A referida interpretação está contida no art. 6º da Lei Modelo da UNCINTRAL, e o Ministério Público, ao exercer o seu papel de fiscal da ordem jurídica, deverá observar que a recusa da ordem pública para ser admitir a cooperação em matéria de insolvência transnacional é excepcional e, nessa hipótese, exclusivamente relacionada à ordem pública internacional, ou seja, pertinente aos requisitos para se admitir o cumprimento de sentenças estrangeiras no Brasil. Por isso, o simples fato de existir um conflito entre as normas brasileiras e as estrangeiras não será suficiente para se valer da escusa da ofensa à ordem pública com o objetivo de afastar a cooperação, o reconhecimento do processo estrangeiro ou para se negar o acesso à assistência determinada pelas regras de insolvência transnacional. Nesse sentido, citando os exemplos dos casos Rede Energia e OAS. SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Recuperação de empresas e falências: teoria e prática na Lei nº 11.101/2005*. São Paulo, Almedina, 4ª Edição, 2023. p. 299. SACRAMONE, Marcelo. *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. São Paulo: Editora SaraivaJur, 4ª Edição, 2023, p. 346: “Diante da relevância desses processos, a manifestação do Ministério Público é obrigatória”. FRANCISCO, Ronaldo V. *A Atuação do Ministério Público em Processos de Falência Transnacional*. In CARNIO, Daniel (coord.) *Sistema Brasileiro de Insolvência Transnacional*. Curitiba: Editora Juruá, 2022, p. 292. COSTA, Daniel C.; SESTER, Peter. *Cross-Border Insolvency and Recovery Proceedings - Insolvência Transnacional e Processos de Recuperação de Empresas*. Curitiba: Editora Juruá, 2023, p. 29. BRASIL. *Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível 1028368-61.2021.8.26.0100, Sentença de 31.08.2021*.

PROPOSTA Nº 21 - O Ministério Público, no exercício de suas funções e na

máxima extensão possível, cooperará com a autoridade estrangeira, com representantes estrangeiros ou, quando for o caso, com outros ramos e unidades do Ministério Público da jurisdição que estejam relacionados com o procedimento de insolvência transnacional, na persecução dos objetivos estabelecidos no art. 167-A da Lei nº 11.101/2005. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034303.2024-85)

Justificativa: *No sistema concursal nacional, o Ministério Público está acreditado a funcionar nos procedimentos de insolvência. Nos processos de recuperação judicial e falência, a Lei nº 11.101/2005 atribui ao Ministério Público, na qualidade de fiscal da ordem jurídica e como parte, diversas competências de natureza cível, ou seja, alheias ao seu papel de titular da ação penal dos crimes previstos na Lei de Falências e Recuperações Judiciais. A mais recente competência cível é justamente a previsão de sua intervenção, como fiscal da ordem jurídica, nos processos de insolvência transnacional, conforme art. 167, § 5º. Em função dessa intervenção obrigatória nos procedimentos de insolvência transnacional, o Ministério Público terá o dever de cooperar, na máxima intensidade possível, com a autoridade estrangeira, com representantes estrangeiros (nos procedimentos de reestruturação, normalmente, corresponderia ao próprio devedor, e nos que tenham o objetivo de liquidar os ativos da devedora, o equivalente ao administrador judicial) ou com outros Ministérios Públicos da jurisdição envolvida na insolvência transnacional, com finalidade de atingir os objetivos previstos no art. 167-A da Lei nº 11.101/2005. É preciso ressaltar que o Ministério Público tem o dever de cooperação. Não se trata de uma simples recomendação, assim como previsto para os magistrados no art. 2º da Resolução do CNJ 394, de 28 de maio de 2015, e o seu cumprimento não está vinculado à prévia existência de um protocolo de cooperação, pois, como já ressaltado, além de esse instrumento não exigir a sua forma escrita, também não se traduz no único meio de cooperação na insolvência transnacional. O Ministério Público deve observar que a cooperação é essencial para se promover, de forma eficiente, a preservação da empresa, maximizar os ativos em caso de liquidação e, sobretudo, para se estabelecer um ambiente internacional de cooperação em matéria de insolvência. O Ministério Público não dependerá da autorização do magistrado para estabelecer a cooperação direta com o representante estrangeiro e administradores judiciais, mas é necessário observar os limites de suas funções como restrição objetiva ao conteúdo desse acordo. De fato, não poderia o Ministério Público pactuar um protocolo de cooperação, por exemplo, com a finalidade de dispor sobre atos processuais que são de competência do magistrado na condução do processo. Observados esses limites, o Ministério Público poderia cooperar diretamente com o administrador judicial estrangeiro no sentido de promover, quando for o caso e respeitados os pressupostos contidos na Lei nº 11.101/2005, a recuperação de ativos que estão localizados no território brasileiro, por*

meio de uma ação revocatória ou de um incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Poderá, ainda, estabelecer um protocolo de cooperação com o Ministério Público da jurisdição estrangeira (por exemplo, o Ministério Público francês) para atuarem, de modo articulado e consensual, na proteção do interesse público e do cumprimento das diretrizes do art. 167-A Lei nº 11.101/2005. Finalmente, nada impede, ainda, que essa cooperação ocorra com o Tribunal da jurisdição estrangeira na persecução desses objetivos.

PROPOSTA Nº 22 - A fim de resguardar o direito da vítima, em especial nos crimes de feminicídio, tentado ou consumado, cabe ao órgão do Ministério Público viabilizar a interlocução com a vítima/familiares antes da audiência/sessão plenária, para cientificar sobre a existência do NAV/ MPRJ, bem como para fornecer informações sobre o procedimento e disponibilizar contato para qualquer eventualidade. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034304.2024-58)

Justificativa: *A proteção ao direito da vítima no ordenamento jurídico brasileiro é um tema relevante que demonstra o desenvolvimento dos direitos humanos no país. Ao longo das décadas, diversas mudanças legislativas e culturais passaram a dar enfoque ao tratamento dado às vítimas de crimes no Brasil. No passado, a ênfase estava quase exclusivamente na punição do agressor, com pouca atenção voltada para as necessidades e direitos das vítimas. A proteção aos direitos das vítimas foi evoluindo e se tornou relevante tanto no direito internacional, quanto no nacional. No Brasil, a Constituição de 1988 foi um marco importante ao garantir a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro. A partir daí, se iniciou um efetivo movimento, interno, gradual, em direção a uma maior proteção às vítimas. O Ministério Público detém papel central na proteção e promoção dos direitos das vítimas, buscando equilibrar o sistema de justiça criminal e garantir uma abordagem abrangente e justa para a vítima (e seus familiares) e para todos os envolvidos no processo. O Ordenamento Jurídico pátrio atribuiu ao Ministério Público a atuação como contrapeso ao poder do Estado, buscando que as decisões tomadas no processo penal reflitam também os direitos das vítimas, isso inclui a garantia de que as vítimas/familiares recebam todas as informações necessárias para compreensão e acompanhamento do processo.*

PROPOSTA Nº 23 - A partir da vigência da Lei 11.101/2005, não se deve reconhecer a aplicação do chamado princípio da unicidade dos crimes de insolvência, ainda que as condutas se limitem aos tipos penais contidos na Lei

de Falências e Recuperações, aplicando-se, conforme for a hipótese, as regras de concursos de crimes previstas no Código Penal. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034306.2024-04)

Justificativa: <https://www.migalhas.com.br/coluna/insolvencia-em-foco/392158/utilizacao-do-principio-da-unicidade-nos-crimes-de-insolvencia>

PROPOSTA Nº 24 - Os princípios e normas contidos na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), na Lei 10.216/2001 (Reforma Psiquiátrica) e no Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às internações involuntárias em clínicas psiquiátricas privadas, assegurando que estas ocorram, minimamente: i) mediante laudo psiquiátrico circunstanciado, contendo, destacadamente, motivo e justificativa da internação, registro da insuficiência dos recursos extra-hospitalares e previsão estimada do tempo de internação; ii) com um projeto terapêutico individualizado; iii) com acompanhamento por equipe multidisciplinar; iv) com a revisão periódica por comissão interna visando à alta e à reinserção social; v) com o respeito ao direito do paciente de acesso ao prontuário e de comunicação com o meio externo e (vi) pelo menor tempo possível. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034381.2024-16)

Justificativa: *Em nosso ordenamento jurídico, há normas e princípios que asseguram à pessoa com deficiência, incluídas as pessoas com transtorno mental que se enquadram no conceito do artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão, uma série de direitos, dentre eles o respeito à dignidade, autonomia individual, liberdade, em especial quanto ao direito de ir e vir, independência, não discriminação e plena e efetiva participação e inclusão na sociedade. Além disso, a Lei 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica) traz direitos inafastáveis que devem ser observados tanto na rede pública quanto na rede privada, não se podendo olvidar ainda que, no último caso, o paciente internado, consumidor hipervulnerável, tem também a proteção das normas do Código de Defesa do Consumidor. Há, então, nesse contexto, um núcleo duro de direitos e obrigações que deve ser inexoravelmente observado a fim de garantir a higidez das internações involuntárias e o pleno respeito aos direitos fundamentais dos pacientes. A internação psiquiátrica é sempre excepcional, temporária e justificada, e visará, como finalidade permanente, o tratamento e a reinserção do paciente em seu meio social, devendo ser cercada de cuidados para evitar a violação dos direitos acima mencionados. A indicação (momento que antecede a internação), a internação e a alta são atuações dos profissionais de saúde, sendo cabível a internação somente quando os recursos extra-*

hospitalares se mostrarem insuficientes, e pelo menor tempo possível.

PROPOSTA Nº 25 - O Tema Repetitivo 1082 do STJ se estende às pessoas com TEA, em relação às quais a interrupção do tratamento pode causar prejuízos graves ou irreversíveis, devendo a operadora, mesmo após o exercício regular do direito à rescisão unilateral de plano coletivo, assegurar a continuidade dos cuidados assistenciais prescritos ou do tratamento médico, até a efetiva alta, desde que o titular arque integralmente com a contraprestação devida. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034387.2024-48)

Justificativa: *Na modalidade plano de saúde coletivo, admite-se a rescisão unilateral pela operadora. No entanto, o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema Repetitivo nº 1082 e em diversos outros julgados entendeu que o cancelamento se mostra abusivo para aqueles que se encontram em curso de tratamento garantidor de sua sobrevivência e/ou incolumidade física. No que se refere especificamente às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que estão sofrendo em massa pela rescisão unilateral de planos de saúde, conforme amplamente noticiado pelos meios de comunicação, a interrupção do tratamento pode causar prejuízos severos e diminuição da qualidade de vida, justificando-se a aplicação do Tema Repetitivo n. 1082, conforme já vem sendo reconhecido pela jurisprudência majoritária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vale acrescentar que as pessoas com TEA são consideradas como pessoas com deficiência, conforme artigo 1º, §2º da Lei 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista). Às pessoas com deficiência, que são aquelas que se enquadram no conceito biopsicossocial da CDPD e do artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão, com maior razão ainda se deve aplicar o princípio da proteção e vedação à rescisão unilateral do contrato, eis que vivenciam de maneira permanente as barreiras impostas pela sociedade, não se tratando de uma condição de vulnerabilidade temporária. Saliente-se que há vedação legal ao impedimento de participação de planos privados de assistência à saúde em razão da condição de pessoa com deficiência, consoante artigo 5º da Lei 12.764/2012 e artigo 14 da Lei 9.656/98. Da mesma forma, o artigo 20 da LBI também dispõe sobre a obrigação das operadoras de planos e seguros privados de saúde a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes. Não bastasse, há expressa proibição da prática de seleção de riscos pelas operadoras de planos de saúde, seja na contratação, no atendimento ou na exclusão de beneficiários, em qualquer modalidade de plano de saúde, conforme Súmula Normativa n. 27/2015 e Nota Pública de 20/05/2024, ambas da ANS. Nesse contexto, não se pode admitir que a rescisão do contrato de saúde por vontade exclusiva da operadora interrompa tratamento de pessoas com deficiência, notadamente pessoas com*

Transtorno do Espectro Autista, devendo ser cumprido o atendimento prioritário e o princípio da igualdade como não discriminação, desde que o titular arque com a contraprestação devida.

PROPOSTA Nº 26 - O valor da astreinte aplicada nas ações de obrigação de fazer ou não fazer individuais, com base no art. 214 Lei nº 8.069/90 (ECA), deve reverter ao Fundo Municipal gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034389.2024-91)

Justificativa: *O Enunciado se propõe a fixar a posição institucional acerca da controvérsia da destinação do valor decorrente de astreintes arbitradas judicialmente em ações de obrigação de fazer e não fazer de natureza individual, notadamente aquelas nas quais se discute direito fundamental à educação de crianças e adolescentes. O tema em questão foi apreciado recentemente pelo Superior Tribunal de Justiça (AgInt no REsp 2036066/GO – Agravo Interno no Recurso Especial 022/0258080-3 Relatora Ministra Regina Helena Costa (1157) Órgão Julgador T1 – Primeira Turma, Data do Julgamento: 15/05/2023 – Data da Publicação DJe 19/05/2023), pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Agravo de Instrumento nº 0002318-14.2024.8.19.0000, 15ª Câmara de Direito Privado, Relatora Des. Marília de Castro Neves Veira, j. 08/05/2024) e vários outros TJs estaduais (por exemplo: TJMG, Apelação Cível 1.0223.19.010232-5/002, Relator: Des. Peixoto Henriques, 7ª Câmara Cível, julgamento em 07/11/2023, publicação da súmula em 14/11/2023 e TJ-SP - AI: 21307367220238260000 Amparo, Relatora: Ana Luiza Villa Nova, Data de Julgamento: 20/09/2023, 8ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 20/09/2023). Pela jurisprudência atual, o teor do art. 214 da Lei nº 8.069/90 - “Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município” abrange além das multas decorrentes de infrações administrativas da Lei nº 8.069/90, como também as multas oriundas de ações de obrigação de fazer e não fazer de caráter individual, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A fixação dessa posição institucional através de Enunciado se mostra assaz importante, uma vez que os autores destas demandas, pessoas menores de idade, ao postularem vagas em creche/escola e/ou professores de apoio, por seu representante, requerem o direcionamento desta verba para si e não para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência. O enunciado visa firmar que as multas não indenizatórias, mas as revestidas de natureza cominatória (astreintes – art. 537 do CPC), aplicadas como forma de pressionar o poder público a cumprir obrigação de fazer que lhe é imposta, qual seja, a de executar uma política pública voltada para a população infantojuvenil, devem ser destinadas ao FIA, conforme determina o art. 214 do Estatuto da Criança e do Adolescente.*

PROPOSTA Nº 27 - O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC não pode ser sucedâneo da licença ambiental. Em sendo esta última ato administrativo de forma e competência vinculadas à lei – exarada após procedimento próprio, a fungibilidade entre os instrumentos induz ao vício de nulidade insanável do compromisso. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034391.2024-37)

Justificativa: O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, criado pelo artigo 1º § 6º da Lei 7.347/85, é um potente mecanismo de acesso à justiça, propiciando a solução conciliatória dos conflitos. Ao trazer as condições e prazos para adequar atos e fatos ilícitos à legislação, por meio, entre outros, de medidas de controle de fontes de poluição e eventual mitigação e reparação de danos ambientais, o TAC conduz atividades e empreendimentos à regularidade ambiental. Demonstração inequívoca dessa eficácia é o status de título executivo extrajudicial a ele conferido pelo citado dispositivo legal. Apesar dessas qualidades, o TAC, não pode ser sucedâneo da licença ambiental. Oriunda do licenciamento ambiental, exigido previamente para a “construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”, (artigos 10 da Lei 6938/81 e 2º, I da LC 140/2011) a licença ambiental é ato administrativo. Como expressão do Poder de Polícia Administrativa, não pode ser delegada ao Judiciário, ao Legislativo ou ao Ministério Público e, nem mesmo, a servidores ou agentes políticos da Administração Pública que, em suas esferas de competência, não tenham sido autorizados por lei para exercê-la. Mesmo se consideradas as divergências doutrinárias quanto à natureza jurídica da licença ambiental, classificada, ora como ato administrativo vinculado, ora discricionário, alguns de seus elementos, por estarem determinados em lei, são, evidentemente, vinculados. Nesse diapasão, a LC 140/2011 não deixa margem de dúvida ao definir o licenciamento como função administrativa dos entes federativos, seja por atribuição de competência, prevista nos artigos 7º, XIV e parágrafo único, artigo 8º, XIV e XV, 9º XIII e 10º ou através de atuação supletiva e subsidiária, nos termos de seu artigo 15. Vale frisar que, por expressa disposição constitucional, (artigo 225 § 1º, IV, da Constituição Federal) nos casos de significativo impacto, o licenciamento ambiental deve ser precedido de estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade. Dotados de grande complexidade técnica, tais levantamentos são fortemente regulados por legislação específica e regramentos administrativos, com eficácia normativa equiparadas às leis em sentido formal, como as resoluções do CONAMA. Ademais, a publicidade de que fala a Constituição Federal pressupõe efetiva participação popular, através de consultas e audiências públicas. Os requisitos legais aqui enumerados constituem condição de validade do licenciamento ambiental. O compromisso de ajustamento de conduta que os ignore, pretendendo funcionar como sucedâneo da

licença ambiental, produzirá, assim, um ato nulo.

PROPOSTA Nº 28 - PROPOSTA RETIRADA DA 2ª JORNADA INSTITUCIONAL, A PEDIDO DO PROPONENTE

PROPOSTA Nº 29 - A acessibilidade urbanística em vias públicas e espaços públicos deve ser trabalhada de forma estrutural, por meio de planos de mobilidade urbana e/ou rotas acessíveis, observando os parâmetros do parágrafo 3º, art. 41, da Lei 10.257/2001. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034480.2024-59)

Justificativa: *A acessibilidade é direito fundamental que tem assento constitucional expresso no art. 227, §2º e no art. 244. Além disso, com a assinatura da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o Estado Brasileiro se comprometeu a adotar as medidas necessárias para a promoção da acessibilidade nos espaços urbanos e prédios públicos ou privados abertos ao público. Considerando que a promoção da acessibilidade deve ser concretizada de forma estrutural, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência incluiu, no capítulo destinado à disciplina do Plano Diretor presente no Estatuto da Cidade, o parágrafo terceiro do artigo 41, estabelecendo que as cidades que tenham plano diretor devem elaborar plano de rotas acessíveis. Tais planos devem dispor sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo Poder Público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida nas rotas e vias existentes, sobretudo nas que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres (órgãos públicos, locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, dentre outros), sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros. A ausência da acessibilidade urbanística é realidade na expressiva maioria dos espaços urbanos. Cabe ao Ministério Público desenvolver atuação inovadora, com adoção de medidas empreendidas de forma paulatina e estruturante, respeitando as diferentes e imprescindíveis fases de formação da política urbana de acessibilidade.*

PROPOSTA Nº 30 - O Ministério Público deve atuar de forma estrutural no tema da acessibilidade arquitetônica de prédios públicos ou de uso coletivo, exigindo a observância dos parâmetros técnicos e normativos vigentes pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento, de forma a prevenir novas construções ou

reforma de imóveis sem acessibilidade. No caso de imóveis já construídos e sem acessibilidade, a atuação deverá ser pautada pela seletividade estratégica, para a exigência das adequações necessárias. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034485.2024-21)

Justificativa: Segundo a inteligência do texto constitucional (art. 227, §2º e art. 244), bem como da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão e da Lei nº 10.098/2000 - Lei de Acessibilidade, todos os prédios públicos devem garantir acesso às pessoas com deficiência. Em vista disso, não é recomendável atuação direcionada apenas ao passivo de prédios não acessíveis existentes ou a determinada edificação que tenha sido alvo de Ouvidoria ou representação. A atuação do Ministério Público deve ser voltada à reestruturação das realidades urbanísticas de forma macro, para tanto devendo-se privilegiar a articulação com os órgãos competentes para o licenciamento. É importante assegurar que, no momento do licenciamento, sejam observadas as normativas mencionadas no inciso II, do art. 60 da LBI (códigos de obras, os códigos de postura, as leis de uso e ocupação do solo). Quanto às edificações já construídas, da mesma forma, mostra-se mais eficaz a atuação de forma estratégica e estrutural, por meio da elaboração de diagnósticos pelos órgãos competentes, planejamento, fixação de metas e cronograma factível, acordado entre as partes.

PROPOSTA Nº 31 - Educação Especial: Os órgãos de execução com atribuição para a tutela coletiva da educação devem acompanhar, anualmente, os resultados do censo escolar, no que se refere ao quantitativo de alunos com deficiência e as respectivas necessidades educacionais específicas, para fins de monitoramento da adequada implantação do atendimento educacional especializado (salas de recursos multifuncionais) nas redes pública e privada de ensino. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034488.2024-37)

Justificativa: A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, cujo texto foi aprovado pelo Decreto Legislativo 186/08, prevê que os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os seus níveis, com adaptações razoáveis e de apoio de acordo com as necessidades individuais, visando facilitar a sua efetiva educação para fins de inclusão plena. Vale mencionar, também, a Resolução CNE/CEB nº 04/2009, a qual define que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) será realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. Nesta toada, o enunciado proposto ora intento orientar de forma pragmática a atuação ministerial sobre o tema da educação especial,

em busca da plena efetividade do direito fundamental ao atendimento educacional especializado.

PROPOSTA Nº 32 - Recebida a notícia de ausência de acessibilidade em condomínio multifamiliar, a atuação ministerial apenas se justificará em caso de omissão recorrente dos órgãos de fiscalização, buscando-se, com isso, otimizar o trabalho e priorizar fatos de relevante repercussão social. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034490.2024-80)

Justificativa: *A fiscalização das condições de acessibilidade em edifícios de condomínio de uso privado multifamiliar – aquele com duas ou mais unidades autônomas destinadas ao uso residencial, ainda que localizadas em pavimento único (Decreto Federal nº 9.451/2018) - compete, ainda que de forma preliminar, à Municipalidade. Por esta razão, sugere-se que o atuar da Promotoria de Justiça se restrinja à hipótese de omissão recorrente dos órgãos de fiscalização - comprovada pela apresentação de requisição de providências na esfera administrativa. Compete aos municípios o controle quanto à qualidade das edificações e o cumprimento das normas de acessibilidade, sobretudo por ocasião da aprovação, do licenciamento ou da emissão de certificado de projeto executivo arquitetônico, urbanístico e de instalações. Da mesma forma, também cabe ao ente municipal a fiscalização das condições de legalidade dos imóveis e, em sendo o caso, a aplicação da sanção adequada. Desta forma, não há razão para que o Ministério Público se substitua ao Município na atividade fiscalizatória de edifícios. Será cabível a atividade ministerial, por outro lado, quando comprovada a omissão municipal reiterada, demonstrada pelo noticiante ou por outros elementos, que reflita em violação a direito fundamental à acessibilidade. Sabe-se que a ausência de condições adequadas de acessibilidade é realidade da maior parte dos edifícios privados existentes, por isso atuar apenas em condomínios que sejam objeto de representação ou ouvidoria seria desarrazoado e mesmo anti-isonômico, ao passo que atuar em cada um dos condomínios causaria uma enorme sobrecarga de trabalho aos órgãos do Ministério Público, sem efetividade. A busca por eficiência implica na otimização dos recursos e esforços do Ministério Público, visando a resolução estratégica de questões estruturais. Assim, recomenda-se que as representações sobre ausência de acessibilidade em edifícios de condomínio de uso privado multifamiliar sejam indeferidas, sem prejuízo da expedição de ofício ao órgão municipal noticiando o fato para adoção de medidas cabíveis e, se pertinente, instauração de procedimento para averiguar a omissão do órgão responsável.*

PROPOSTA Nº 33 - A omissão de um ou mais filhos da pessoa idosa em prestar-lhe assistência não constitui, por si só, situação de risco a demandar a atuação

ministerial na tutela individual e na aplicação de medidas protetivas, desde que os direitos da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade possam ser tutelados por outro familiar. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034492.2024-26)

Justificativa: *Conforme entendimento consolidado, objeto do enunciado institucional Nº 004, aprovado em 2023: “A situação de risco que autoriza a atuação do Ministério Público na defesa de interesse individual indisponível da pessoa idosa pressupõe a aferição casuística da situação de vulnerabilidade, que pode se traduzir numa gama de fatores que caracterizam a redução das possibilidades de ampla e autônoma defesa de seus interesses pela própria pessoa ou por seus familiares, seja em função de dificuldades no acesso à justiça, seja por limitações físicas ou por impossibilidade de manifestação válida da vontade, incluindo eventual suscetibilidade a pressões psicológicas exercidas por terceiros.” Dessa forma, a existência de familiares aptos a tutelarem adequadamente os interesses da pessoa idosa, assegurando-lhe a garantia dos seus direitos fundamentais, sua dignidade e cuidado, afasta a legitimidade do Ministério Público para atuar como substituto processual a demandar a adoção de medidas protetivas. Essas hipóteses ensejam o indeferimento da notícia de fato, nos termos dos parágrafos 2º e 3.º do artigo 5.º da Resolução GPGJ nº 2.227/18, devendo os envolvidos serem orientados a procurar os órgãos competentes para solução de conflitos na esfera extrajudicial (CREAS, Clínica da família) ou a buscar auxílio técnico de advogado ou Defensor Público. Todavia, em que pese a regra geral acima, é possível que seja observado que os familiares em convívio com a pessoa idosa engessem suas ações diante do grave conflito familiar, deixando de promover as medidas de proteção necessárias e demandando, nestes casos, em razão da omissão de todos os familiares, a atuação ministerial.*

PROPOSTA Nº 34 - Os órgãos de execução de tutela coletiva com atribuição prestacional devem fomentar o plano aderente à política pública instituída para a realização de direitos sociais fundamentais, sob pena de sua desestruturação, observando, sempre que possível, inclusive em sede extrajudicial, os parâmetros do Tema de Repercussão Geral 698 do STF, quais sejam: i. Ausência ou grave deficiência do serviço público; ii. Possibilidade de universalização da providência, considerados os recursos efetivamente existentes; iii. Enfoque na finalidade a ser atingida, mas não no modo como ela deverá ser alcançada; iv. Apoio em documentos ou manifestações de órgãos técnicos; v. Ampla participação de terceiros. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034493.2024-96)

Justificativa: *Em debate sobre a possibilidade de o Poder Judiciário determinar a*

implementação de políticas públicas urgentes com a finalidade de assegurar o direito à saúde, em mitigação à discricionariedade administrativa, e sem indicar as receitas orçamentárias necessárias ao cumprimento da obrigação imposta, o STF fixou a seguinte tese no Tema 698: “1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).” A tese fixada preconiza a vedação à proteção insuficiente do direito à saúde e, nesta esteira, estabelece uma parametrização a ser observada nas demandas que versem sobre políticas públicas, qual seja: i. É necessário que esteja devidamente comprovada nos autos a ausência ou grave deficiência do serviço público, decorrente da inércia ou excessiva morosidade do Poder Público. ii. No atendimento dos pedidos formulados pelo autor da demanda, deve-se observar a possibilidade de universalização da providência a ser determinada, considerados os recursos efetivamente existentes. iii. Cabe ao órgão julgador determinar a finalidade a ser atingida, mas não o modo como ela deverá ser alcançada. iv. O Judiciário não domina o conhecimento específico necessário para instituir políticas de saúde. Para atenuar esse problema, a decisão judicial deverá estar apoiada em documentos ou manifestações de órgãos técnicos, que podem acompanhar a petição inicial ou compor a instrução processual. v. O órgão julgador deverá abrir o processo à participação de terceiros, com a admissão de amici curiae e designação de audiências públicas, permitindo a oitiva não apenas dos destinatários da ordem, mas também de outras instituições e entidades da sociedade civil. Apesar de se tratar de tema discutido inicialmente a partir de demanda prestacional envolvendo a matéria de saúde, as razões fazem menção expressa às políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, sendo, portanto, cabível a sua aplicação para as diversas políticas públicas acompanhadas pelo Ministério Público. Assim, recomenda-se que, diante de demandas relacionadas a direitos sociais fundamentais, os órgãos de execução que atuem na tutela coletiva prestacional observem os parâmetros insculpidos no tema mencionado, o que deve ser perseguido também na esfera extrajudicial de maneira estrutural, com enfoque na finalidade da política (a garantia do direito) e respeitando a política já instituída. Neste sentido, o Ministério Público deve instar o Poder Público a elaboração de plano aderente à política instituída, evitando-se a desestruturação das ações implementadas nas diferentes esferas federativas. Além disso, o plano deve ser baseado em critérios objetivos, documentos e pareceres técnico-científicos.

PROPOSTA Nº 35 - PROPOSTA RETIRADA DA 2ª JORNADA INSTITUCIONAL, A PEDIDO DO PROPONENTE

PROPOSTA Nº 36 - Na fiscalização das instituições de longa permanência o Ministério Público deverá verificar a utilização da contenção física, mecânica, farmacológica e ambiental como forma de violação de direitos humanos, adotando as medidas cabíveis para a efetivação do direito de ir e vir e de manutenção de vínculos comunitários da pessoa idosa. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034506.2024-36)

Justificativa: *Os diferentes tipos de contenção, ambiental, farmacológica, física e mecânica, praticadas contra a pessoa idosa é um tema que deve ser discutido urgentemente, em espaços de cuidados (ILPIs) e no âmbito do Ministério Público, tendo por objetivo excluir sua prática imotivada e injustificada, como meio de garantir os direitos humanos fundamentais da pessoa idosa. Os indivíduos cujo perfil enseja o encaminhamento para acolhimento em ILPIs ostentam alto grau de vulnerabilidade, em razão das barreiras e limitações decorrentes de sua condição, a demandar especial proteção e atenção para garantia dos seus direitos, mormente considerando-se que a contenção pode causar danos irreversíveis ao sujeito. Importante destacar que o artigo 5º, inciso III da Constituição Federal, além de proibir a tortura, preceitua que ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante e que os artigos 2.º e 10 do Estatuto da Pessoa Idosa, reafirmam a titularidade, pela pessoa idosa, dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo obrigação do Estado e da sociedade garantir-lhe a preservação da sua integridade física e mental, em condições de liberdade e dignidade. Assim, o Ministério Público, ao desempenhar a função prevista no artigo 52 da Lei 10.741/03 deverá, no ato fiscalizatório das Instituições de Longa Permanência, atuar no sentido de combater a ocorrência de violência por contenção ambiental, física, farmacológica e mecânica, assegurando os direitos e garantias da pessoa idosa.*

PROPOSTA Nº 37 - Na implementação de decisões estruturais, é fundamental o estabelecimento de prazos e a indicação precisa do responsável pela execução, de modo a minimizar a discussão sobre a parcela de responsabilidade que cabe a cada ente em hipóteses de responsabilidade solidária. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034521.2024-19)

Justificativa: *Trata-se de proposta de orientação institucional formulada por ocasião da Jornada em Execução Coletiva Complexa, realizada em 2022 no MPRJ, que ora se busca submeter à validação institucional. O enunciado se pauta no caráter pragmático*

subjacente às noções contemporâneas de resolutividade extrajudicial e judicial, com vistas à liquidez e efetividade de obrigações impostas ou assumidas. Evidencia a necessidade de planejamento na tomada de decisões estruturais, de modo a estabelecer com precisão as obrigações e parcelas de responsabilidade de cada ente nas hipóteses de responsabilidade solidária. Facilita-se, assim, eventual providência do Ministério Público para satisfação das referidas obrigações.

PROPOSTA Nº 38 - PROPOSTA RETIRADA DA 2ª JORNADA INSTITUCIONAL, A PEDIDO DO PROPONENTE

PROPOSTA Nº 39 - Pessoa idosa. Tutela Individual. Notícia de fato cujo teor indica conflitos patrimoniais ou de vizinhança dos quais não se verificou qualquer situação de risco para a pessoa idosa. Situação estritamente pessoal. Necessidade de um Advogado ou da Defensoria Pública para consulta jurídica. Fato narrado que não configura lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público. Indeferimento. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034524.2024-35)

Justificativa: *A simples existência de um problema na vida de uma pessoa idosa não impõe ou autoriza, por si só, a intervenção do Ministério Público na medida em que o idoso não é incapaz. o indeferimento se impõe neste caso forte no § 4º do artigo 4º da Resolução CNMP n.º 174, de 04 de julho de 2017, e inciso I do artigo 5º da Resolução GPGJ nº 2.227, de 12 de julho de 2018.*

PROPOSTA Nº 40 - Pessoa idosa. Tutela Individual. Procedimento Administrativo. Discernimento e autodeterminação. Pessoa maior e capaz. Condições inadequadas de habitabilidade e de cuidado pessoal. Situação que decorre da própria cultura da pessoa idosa e de sua família. Intangibilidade da vida privada e da intimidade das pessoas. Mínima Intervenção. Arquivamento dos autos. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034525.2024-08)

Justificativa: *A par das vezes se verifica no Procedimento Administrativo que a pessoa idosa é lúcida e orientada, mas possui hábitos um pouco “bagunçados” e “diferentes do dito normal”. O serviço social indica apenas esta situação, mas exclui o risco social na medida em que constata se tratar efetivamente do modo de vida da pessoa idosa ao longo dos anos. Necessário se faz respeitar a individualidade e a vontade da pessoa*

idosa lúcida e orientada. O arquivamento se impõe neste caso na forma do artigo 36, da Resolução GPGJ nº 2.227, de 12 de julho de 2018, ante a inexistência de situação de risco a legitimar a intervenção do Ministério Público na defesa dos interesses de pessoas maiores e capazes.

PROPOSTA Nº 41 - O Ministério Público deve garantir as vítimas e seus familiares o direito à informação sobre a execução da pena do autor do crime, em especial sobre progressão da pena, livramento condicional, saídas temporárias e execução de medidas socioeducativas nos crimes e fatos análogos de violência contra criança e contra mulher, visando a sua integral proteção. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034588.2024-53)

Justificativa: Art. 21 da Lei Maria da Penha, Art. 201, §6 do Código de Processo Penal e Resolução 243 do CNMP.

PROPOSTA Nº 42 - Se houver indícios de envolvimento do investigado de participação em logística de tráfico de drogas, nas funções de “olheiro”, “mula” e/ou “contador”, o Ministério Público poderá recusar o oferecimento de Acordo de Não Persecução Penal ainda que o investigado tenha direito à causa de diminuição do tráfico privilegiado, por se considerar a oferta do instituto insuficiente para a reprovação e prevenção do crime. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034589.2024-26)

Justificativa: Matéria que já foi objeto de enunciado publicado pelo MPPR, como resultado de GP de Políticas Públicas sobre Drogas. Consoante edição nº 131 da publicação “Jurisprudência em Teses- Compilado: Lei de drogas” do STJ41, a condição de “mula” do tráfico, por si só, não afasta a possibilidade de aplicação da minorante do § 4º do art. 33 da Lei nº. 11.343/2006, uma vez que a figura de transportador da droga não induz, automaticamente, à conclusão de que o agente integra, de forma estável e permanente, organização criminosa. Sendo assim, a participação na logística do tráfico de drogas não exclui automaticamente a causa de diminuição do tráfico privilegiado, cabendo sua incidência a depender do preenchimento dos requisitos estabelecidos na legislação. Essa condição de participação, no entanto, pode ser utilizada como fundamento para a recusa de oferecimento do Acordo de Não Persecução Penal, tendo em vista que a sua propositura depende da suficiência do instituto para a prevenção e reprovação do crime. Além disso, conforme entendimento do STF (HC nº. 19.856-AgR, Relator ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 25.11.2013), utilizado como fundamento no Ag. Reg. no HC 217.663, julgado em 202242, o juízo condenatório

não está obrigado a conceder a redutora de tráfico privilegiado no grau máximo, tendo plena discricionariedade para aplicá-la conforme as peculiaridades do caso concreto, no patamar necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime. A consideração das especificidades de cada caso para a aplicação do benefício do tráfico privilegiado em diferentes graus demonstra que a recusa à propositura de ANPP deve ser tratada de acordo com as peculiaridades do caso concreto —participação na logística do tráfico, que pode modular o patamar da aplicação do benefício do tráfico privilegiado -, diante do fundamento de que o acordo seria insuficiente para a reprovação e prevenção do crime (art. 28-A, caput, do CPP).

PROPOSTA Nº 43 - A celebração de protocolos interinstitucionais entre o Ministério Público e as Fazendas Públicas destinados à liquidação do dano se afigura em boa prática, para fins de otimização do comando previsto no art. 18, §1º, da Lei 8.429/92, com a redação conferida pela Lei 14.230/21 (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034590.2024-96)

Justificativa: *A celebração de protocolos interinstitucionais entre o Ministério Público e as Fazendas Públicas se descortina como prática salutar a evitar eventuais sobreposições de atuação decorrentes da legitimação concorrente e disjuntiva prevista na Lei 8.429/92, com a redação conferida pela Lei 14.230/21. Ademais, possibilita nas fases pré-processual (ANPC) e processual (ACP) um diálogo interinstitucional fecundo à efetiva tutela da probidade administrativa, em um cenário de coordenação funcional.*

PROPOSTA Nº 44 - A natureza e a quantidade de drogas podem ser utilizadas como fundamento para a recusa do oferecimento do ANPP, por se considerar a oferta do instituto insuficiente para a reprovação e prevenção do crime, ainda que o investigado tenha direito à causa de diminuição do tráfico privilegiado, em atenção ao disposto no artigo 42 da Lei nº 11.340/06. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034591.2024-69)

Justificativa: *Matéria que já foi objeto de enunciado publicado pelo MPPR, como resultado de GP de Políticas Públicas sobre Drogas. “Segundo entendimento exarado no HC 61244938, julgado pelo STJ em 2020, a quantidade e a natureza das drogas apreendidas no caso concreto— apesar de ter incidido a causa de diminuição do tráfico privilegiado, com o estabelecimento de pena inferior a quatro anos, justificou a fixação de regime mais gravoso e a vedação à substituição da sanção privativa de liberdade por restritiva de direitos, sendo assim plausível a sua utilização como fundamento para a recusa de oferecimento do Acordo de Não Persecução Penal. Nesse contexto, diante*

da natureza e quantidade de drogas, o ANPP pode ser insuficiente para a reprovação e prevenção do crime. Conforme a Ata da 849ª Sessão Extraordinária de Revisão de Junho de 2022, a Segunda Câmara de Coordenação e Revisão Criminal do MPF39 negou, à unanimidade, a viabilidade de oferta do ANPP em caso concreto que envolvia expressiva quantidade de drogas apreendidas, evidenciando que esse aspecto pode sim ser utilizado como fundamento para a recusa do acordo. Não obstante, consoante entendimento do STF (Ag. Reg. no HC 19531940), a quantidade e natureza de drogas não são capazes de, sem considerar outros fatores, afastar a causa de diminuição do tráfico privilegiado por configurarem integração de organização criminosa ou dedicação à atividade criminosa, requisitos esses que excluem a incidência da causa de diminuição, conforme o art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.

PROPOSTA Nº 45 - O Ministério Público deve velar para que as medidas protetivas de urgência vigorem enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes, nos termos do artigo 19, §6º da Lei Maria da Penha. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034592.2024-42)

Justificativa: *As medidas protetivas da Lei Maria da Penha são essenciais no enfrentamento à violência doméstica, oferecendo uma resposta rápida e eficaz para proteger a vítima, afastar o agressor e prevenir novos episódios de violência. Elas também desempenham um papel fundamental na conscientização e na mudança de comportamento social em relação à violência contra a mulher.*

PROPOSTA Nº 46 - Se o agente já responder a processo penal ou ostentar condenação que não configure reincidência, há motivo idôneo para recusar o Acordo de Não Persecução Penal em razão da conduta criminal reiterada (Artigo 28-A, §2º, III do CP). (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034593.2024-15)

Justificativa: *Matéria que já foi objeto de enunciado publicado pelo MPPR, como resultado de GP de Políticas Públicas sobre Drogas. O inciso II do §2º do artigo 28-A do CPP autoriza o não oferecimento do Instituto do ANPP, se houver nos autos indícios de que o investigado é pessoa voltada para a prática delitiva devido à ausência de requisito subjetivo legal necessário. A recusa deve ser fundamentada e calcada em indícios concretos que indiquem conduta criminal habitual. Cabe ao Parquet, na qualidade de titular privativo da ação penal pública, decidir pela mitigação do Princípio da Obrigatoriedade nos exatos termos do artigo 28-A do CPP. Precedentes: "PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.*

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP). NÃO OFERECIMENTO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Conforme o inciso II do § 2º do art. 28-A, veda-se o ANPP "se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas". 2. O Parquet estadual, de forma fundamentada, constatou a ausência dos requisitos subjetivos legais necessários à elaboração do acordo, uma vez que o agravante é investigado pelos crimes de furto, estelionato e ameaça, elementos que denotam conduta criminal reiterada, de modo que o ANPP não atenderia aos critérios de necessidade e suficiência em face do caso concreto. 3. Com efeito "o acordo de não persecução penal deve ser eventualmente ofertado ao agente sobre o qual há, em tese, justa causa para o oferecimento de denúncia, com o claro objetivo de mitigar o princípio da obrigatoriedade da ação penal. Contudo, a norma processual não obriga o Ministério Público a oferecer o benefício, que não é direito subjetivo dos investigados. É resguardado ao Membro do Ministério Público a opção, devidamente fundamentada, entre denunciar ou realizar o acordo quando este for suficiente para a reprovação e prevenção do crime." (AgRg no HC 708.105/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/12/2021, DJe 17/12/2021). 4. Agravo regimental desprovido." (STJ - AgRg no AREsp: 2340288 PR 2023/0124106-5, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 08/08/2023, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/08/2023) "...AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. NEGATIVA FUNDAMENTADA PELO MP LOCAL. DENÚNCIA RECEBIDA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI 13.964/2019. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. 1. O acordo de não persecução penal foi negado pelo Tribunal de Justiça pois, apesar do agravante ser primário, responde por outra ação penal, o que foi considerado fundamento válido pelo Ministério Público local para a negativa. Nesse sentido, não há ilegalidade verificável, nos termos da jurisprudência desta Corte superior. Precedentes..." (STJ - AgRg no HC: 736449 SC 2022/0110948-9, Data de Julgamento: 20/09/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/09/2022).

PROPOSTA Nº 47 - Na fiscalização de implementação da Política Pública de Defesa Civil, o Ministério Público fomentará que as defesas civis possuam, pelo menos, um membro capacitado a utilizar o sistema integrado de informação de desastre (S2ID). (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034594.2024-85)

Justificativa: O Marco do Sendai (pós-2015) para a redução do risco de desastres foi adotado na Terceira Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada de 14-18 março de 2015, em Sendai, Miyagi, no Japão, representando uma

oportunidade única para que os países pudessem: (a) adotar um marco pós-2015 para a redução do risco de desastres conciso, focado e orientado para o futuro e para a ação; (b) completar a avaliação e revisão da implementação do Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: Construindo a resiliência das nações e comunidades frente aos desastres; (c) considerar a experiência adquirida com estratégias/instituições e planos regionais e nacionais para a redução do risco de desastres e suas recomendações, bem como acordos regionais relevantes no âmbito da implementação do Marco de Ação de Hyogo; (d) identificar modalidades de cooperação com base nos compromissos para implementar um quadro pós-2015 para a redução do risco de desastres; (e) determinar modalidades para a revisão periódica da implementação de um quadro pós-2015 para a redução do risco de desastres. O atual marco do Sendai prevê que sua aplicação seja guiada por princípios norteadores elencados em seu tópico III (https://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2018-12/MarcodeSendaiPortugues.pdf), considerando, ao mesmo tempo, as circunstâncias nacionais, e em conformidade com as leis nacionais e com obrigações e compromissos internacionais, destacando-se os seguintes: “[...] (e) A redução e a gestão do risco de desastres dependem de mecanismos de coordenação intra- e interssetoriais e com as partes interessadas em todos os níveis, exigindo também o empenho integral de todas as instituições públicas de natureza executiva e legislativa em nível nacional e local e uma articulação clara das responsabilidades de cada uma das partes interessadas públicas e privadas, incluindo empresas e universidades, para garantir a comunicação, parceria e complementaridade de funções, bem como responsabilidade e acompanhamento; (f) Embora o papel dos governos nacionais e federais dos Estados em facilitar, orientar e coordenar ações permaneça essencial, é necessário habilitar as autoridades e comunidades locais para reduzir o risco de desastres, inclusive por meio de recursos, incentivos e responsabilidades de tomada de decisões, conforme apropriado;” Assim, tendo em vista a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas e dos desastres socioambientais, à luz dos atos normativos nacionais que regem a matéria e, em arrimo com o quanto acima consignado, notadamente no Marco de Sendai, é imperioso que cada Defesa Civil Municipal possua, ao menos, um servidor capacitado a utilizar o sistema integrado de informação de desastre (S2iD). O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres S2iD é a plataforma do Sistema Nacional e Proteção e Defesa Civil que integra diversos produtos da Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC), com o objetivo de qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil, por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas. No S2iD é possível solicitar recursos do governo federal para ações de resposta e de recuperação, registrar desastre e solicitar reconhecimento. Nesse sentido, o município realiza as solicitações via sistema e pode consultar e acompanhar os processos de transferência de recursos e de reconhecimento federal, como também buscar informações sobre ocorrências e gestão de riscos e desastres. Ocorre que, na prática, nem todos os municípios possuem servidores habilitados e

capacitados para utilizarem o referido sistema. Assim, mostra-se de grande importância o fomento, na fiscalização de implementação da Política Pública de Defesa Civil, para que as defesas civis possuam pelo menos um membro capacitado a utilizar o referido sistema.

PROPOSTA Nº 48 - PROPOSTA RETIRADA DA 2ª JORNADA INSTITUCIONAL, A PEDIDO DO PROPONENTE

PROPOSTA Nº 49 - Visando à efetividade de políticas públicas de inclusão social e emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, deve ser priorizada a participação de cooperativas ou de associações de catadores de materiais recicláveis, com a devida capacidade técnica e operacional, no gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, inclusive no que tange aos grandes geradores, e em acordos setoriais da logística reversa. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034596.2024-31)

Justificativa: *Os catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis desempenham papel fundamental e evidente protagonismo na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como a prioridade de sua contratação, estão expressos entre os instrumentos e objetivos da política nacional de resíduos sólidos, devendo ser estabelecidas, ainda, nos respectivos planos a serem elaborados, em todos níveis governamentais, as metas para a eliminação e recuperação dos lixões, inclusão social e emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (art. 7º, XII, 8º, IV, 15, V, 17, V, 18, §2º, II, 19, XI, 21, §3º, I, 33, §3º, III, 36, § 1º e 2º, 42, III, 44, II, todos da Lei nº 12.305/10). A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê como instrumento, “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (art. 8º, IV, da Lei nº 12.305/10). Neste sentido, registra-se que o ordenamento jurídico deixa patente o propósito de inclusão social e emancipação econômica de catadores de materiais recicláveis; como se pode depreender dos seguintes dispositivos: art. 15, inciso V; art. 17, inciso V; art. 18, inciso II; art. 19, inciso XI; art. 21, § 3º, inciso I; art. 33, inciso III; art.34. §§ 1º e 2º; art. 42, inciso III; art. 44, inciso II; e art. 50. O propósito de inclusão social e emancipação econômica de catadores de materiais recicláveis se extrai dos seguintes dispositivos: art. 15, inciso V; art. 17, inciso V; art. 18, inciso II; art. 19, inciso XI; art. 21, § 3º, inciso I; art. 33, inciso III; art.34. §§ 1º e 2º; art. 42, inciso III; art. 44, inciso II; e art. 50, da Lei*

nº 12.305/10. Finalmente, destaca-se que o Decreto no 10.936/2022, em seu art. 60, dispõe que o plano de gerenciamento de resíduos sólidos dos empreendimentos a que se refere o art. 20 da Lei no 12.305/2010 poderá prever a participação de cooperativas ou de associações de catadores de materiais recicláveis no gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, quando: (i) houver cooperativas ou associações de catadores com capacidade técnica e operacional para gerenciar os resíduos sólidos; (ii) houver a contratação de cooperativas e de associações de catadores para o gerenciamento dos resíduos sólidos; e (iii) não houver conflito com a segurança operacional do empreendimento, que só ocorre quando o gestor não garantir aos catadores as condições de saúde e segurança adequadas.

PROPOSTA Nº 50 - Considerando o princípio do poluidor pagador, quando realizar diretamente ou custear a coleta, o transporte e a disposição final dos resíduos sólidos provenientes dos grandes geradores, o Município deverá ser ressarcido pelos responsáveis legais. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034597.2024-04)

Justificativa: *O art. 20, II, “b”, da Lei no 12.305/10 dispõe que estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos e que gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal. Em seguida, o art. 27 da mesma lei determina que tais geradores de resíduos são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do mencionado plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Dessa forma, conforme se vê dos modelos em anexo de portaria de instauração de inquérito civil e de recomendação, sugere-se que o membro do Ministério Público fiscalize a efetiva atuação do poder público para exigir dos chamados grandes geradores de resíduos a elaboração e, após a aprovação pelo órgão público competente, a regular implementação dos respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos. E mais: enquanto os grandes geradores não cumprirem suas obrigações legais em cada etapa desse processo, sugere-se que os membros do MP cobrem que os Municípios repassem eventual ônus indevido que tiveram a tais geradores. Deve o poder público exigir que tais geradores sejam integralmente responsáveis pelo conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos que produzem. Nesse sentido, é incabível que os Municípios assumam o ônus financeiro com o custo do mencionado conjunto de ações de responsabilidade dos grandes geradores. Caso as pessoas sujeitas à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, entre eles os grandes geradores, não cumpram diretamente as etapas do plano sob sua*

responsabilidade, aquelas ações que forem realizadas pelo poder público (principalmente pelos Municípios) serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis. Em outras palavras: os Municípios devem ser ressarcidos pelos grandes geradores, caso não promovam diretamente à execução do gerenciamento de seus resíduos e se valham dos serviços prestados diretamente ou custeados pelos Municípios. Visando à efetividade de políticas públicas de inclusão social e emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, deve ser fomentada a participação de cooperativas ou de associações de catadores de materiais recicláveis, com a devida capacidade técnica e operacional, no gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis e em acordos setoriais da logística reversa, quando não houver conflito com a segurança operacional do empreendimento.

PROPOSTA Nº 51 - Devem ser fomentadas no Estado a elaboração e a implementação de políticas públicas que ofereçam recursos financeiros e apoio técnico aos Municípios para o planejamento e execução de projetos de encerramento dos lixões e disposição final adequada de resíduos sólidos, incluindo a recuperação ambiental das áreas degradadas, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034598.2024-74)

Justificativa: *A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Cabe ao Estado a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólido com o conteúdo mínimo previsto no artigo 17 da Lei 12.305/2010, valendo destacar as seguintes obrigações: “V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas; VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;” VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos; IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional; XI - previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento*

ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de: a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos; b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;” Cumpre ressaltar, que o art. 47, II, da Lei federal nº 12.305/10 veda a destinação ou disposição de resíduos sólidos ou rejeitos por lançamento in natura a céu aberto, uma vez que não configura destinação final ambientalmente adequada. Ademais, é necessária a implementação de uma política pública integrada assegurando a correta aplicação da hierarquia dos resíduos, com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Nesta senda, é fundamental o apoio técnico de financeiro do Estados aos Municípios para o encerramento dos lixões, disposição final ambientalmente adequada e recuperação das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos.

PROPOSTA Nº 52 - Em cumprimento ao preceito da proteção integral da vítima e à necessidade de uma atuação com perspectiva de gênero, o Ministério Público deve assegurar que expressões discriminatórias, preconceituosas e depreciativas não sejam utilizadas nos processos judiciais, especialmente em casos de violência contra a mulher. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034599.2024-47)

Justificativa: *O enunciado tem como finalidade fomentar o cumprimento da responsabilidade institucional do Ministério Público, fortalecer a credibilidade do Sistema de Justiça, evitar a revitimização e garantir a aplicação do sistema ONU de proteção à mulher.*

PROPOSTA Nº 53 - PROPOSTA RETIRADA DA 2ª JORNADA INSTITUCIONAL, A PEDIDO DO PROPONENTE

PROPOSTA Nº 54 - A proteção do sistema climático estável é um dever do poder público, sendo recomendável aos membros do Ministério Público a instauração de procedimentos destinados a acompanhar a elaboração, a execução e o aperfeiçoamento de planos de ação climática municipais, zelando para que as ambições dos municípios sejam, no mínimo, equivalentes à contribuição nacionalmente apresentada pelo Estado Brasileiro no âmbito do Acordo de Paris. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034601.2024-90)

Justificativa: *Base normativa: CRFB 88, arts 21, 225, 170,VI; Acordo de Paris. Jurisprudência: Tema 698 STF; ADPF 708; REXT 1060961. O Estado brasileiro tem o*

dever jurídico de combater as causas e as consequências das mudanças climáticas, notadamente em razão dos tratados internacionais assinados, das disposições constitucionais e da legislação infraconstitucional. No plano internacional, o Brasil é signatário de acordos que possuem força obrigacional em nossa ordem jurídica interna. Destaca-se, neste ponto, a convenção quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e o acordo de Paris, documentos em que o Brasil assumiu, perante a comunidade internacional, o compromisso de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, limitando o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. No plano interno, são inúmeros os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que impõem ao Estado Brasileiro, e também à coletividade, o dever de enfrentar o aquecimento global. O meio ambiente ecologicamente equilibrado recebeu status de direito fundamental em nossa Constituição, sendo reconhecido como instrumento de garantia de uma vida digna e saudável para toda a população. Ao governo foi atribuído o dever constitucional de proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas. Existem possibilidades de atuação ministerial concreta no fomento à implementação de medidas de adaptação por parte dos entes competentes, notadamente na seara das ações estruturantes. Nesse aspecto, registram-se estratégias de atuação ministeriais, judiciais ou extrajudiciais, objetivando a incorporação de medidas de adaptação em instrumentos legais já existentes, como o fomento para que os planos diretores incorporem o viés das mudanças climáticas ou até mesmo que a questão climática seja incorporada em planos específicos, como os planos de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro. Também podemos pensar na atuação ministerial destinada a exigir a elaboração de planos exclusivamente desenhados para lidar com o aquecimento global, como o Plano Municipal de Ação Climática de Santos ou planos de adaptação, como o existente na cidade de Ribeirão Preto. Assim, mostra-se importante implementação de ações estruturantes, e quando não implementadas voluntariamente, se faz imprescindível a firme atuação ministerial. Esse tipo de estratégia tem por característica o fato de o MP e Judiciário não oferecerem as soluções finais, mas sim contribuir para o surgimento de um ambiente legal e de governança imprescindível para viabilizar o diálogo entre governo, academia e sociedade civil, tornando realidade as ações climáticas, tanto de mitigação quanto adaptação.

PROPOSTA Nº 55 - As Promotorias de Justiça com atribuição para tutela do meio ambiente devem zelar, no âmbito dos procedimentos de licenciamento ambiental, pelo cumprimento da Resolução CONEMA 97/2022, que lista os empreendimentos obrigados a apresentar ao órgão ambiental estadual, anualmente, Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), bem

como estabelece as condições em que os empreendedores ficam desobrigados da apresentação do sobredito inventário. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034603.2024-36)

Justificativa: No plano fático, são inúmeras as possibilidades de o Poder Público atuar para promover medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a avaliar localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades potencial ou efetivamente poluidores, capazes de causar degradação ambiental. A definição de atividades e empreendimentos sujeitos ao procedimento de licenciamento ambiental vem definida em atos normativos federais, estaduais e municipais. A técnica legislativa costuma ser similar — em regra, o diploma legal vem acompanhado de um anexo, listando de forma exemplificativa as atividades que devem se submeter ao procedimento. Também o órgão ambiental, diante do caso concreto, pode vir a exigir ou dispensar a licença ambiental, independentemente da atividade constar ou não da listagem. Em regra, essa decisão discricionária avaliará critérios pontuais, como a atividade em si, os impactos do processo produtivo ou a especial vulnerabilidade da área onde o empreendimento ou atividade pretende se instalar. No curso do processo de licenciamento são realizados os estudos ambientais, que avaliam os impactos ambientais, econômicos e sociais, positivos e negativos, abrangendo localização, instalação, ampliação e operação da atividade licenciada. Os procedimentos de licenciamento ambiental, caso conduzidos com foco especial na questão das mudanças climáticas, podem ser de grande valia para promover a redução das emissões de gases de efeito estufa, proteger e ampliar os sumidouros de GEE e implementar medidas de adaptação. Nesse ponto, entende-se que tanto a definição das atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental quanto a enumeração dos impactos a serem analisados nos estudos ambientais devem ter em mente causas e consequências do aquecimento global. Entende-se que as emissões de GEE sejam consideradas para fins de definição dos empreendimentos sujeitos ao processo de licenciamento ambiental. Desse modo, evita-se que empreendimentos que emitam significativas quantidades de GEE não se submetam a processo de licenciamento e, conseqüentemente, não sejam instados a adotar medidas sérias de mitigação e controle de GEE.

PROPOSTA Nº 56 - Considerando que a prestação de serviços de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, vedada sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária, e que os contratos de programa regulares

vigentes permanecem em vigor até o advento do seu termo contratual, é recomendável ao membro do Ministério Público a instauração de procedimento para apurar se os contratos em vigor contêm as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei 8987 de 1995 e as disposições do art. 10-A da Lei 11.445 de 2007, alterada pela Lei 14.026 de 2020 (novo marco legal do saneamento). (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034604.2024-09)

Justificativa: *Considera-se regular o contrato que atenda aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico, de modo que os contratos provisórios não formalizados e os vigentes prorrogados em desconformidade com os regramentos estabelecidos no marco legal do saneamento serão considerados contratos irregulares e precários. Assim, primordial a atuação do Ministério Público na fiscalização dos contratos para que estes contenham as cláusulas essenciais e assim se garanta a implementação da política pública do saneamento básico e a universalização do acesso. Dentre outras exigências legais, o Ministério Público deve verificar a existência de metas e cronogramas de universalização dos serviços de saneamento básico, de modo que sejam implementadas metas de expansão dos serviços, de redução de perdas, de uso racional da água, do reúso dos efluentes sanitários sanitário e do aproveitamento de água das chuvas, tudo em conformidade com os serviços a serem prestados. Atuação do Ministério Público na fiscalização dos contratos antigos para apurar a conformidade com a atual legislação se mostra ação com alto potencial de efetividade no fomento da universalização do acesso e no avanço da política pública do saneamento.*

PROPOSTA Nº 57 - Independentemente da modalidade de prestação dos serviços públicos de saneamento, o titular do serviço deve definir entidade responsável pela regulação e fiscalização de sua prestação. Caso o titular não possua estrutura tecnicamente especializada em regulação, admite-se a delegação das atribuições de regulação e fiscalização à Agência Reguladora estadual por convênio ou instrumento jurídico análogo. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034605.2024-79)

Justificativa: *O Parágrafo 5º do artigo 8º, introduzido no novo marco legal de saneamento pela Lei 14.026/2020, dispõe que “o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização desses serviços, independentemente da modalidade de sua prestação.” No entanto, caso o titular não possua estrutura tecnicamente especializada em regulação, admite-se a delegação das atribuições de regulação e fiscalização à Agência Reguladora*

estadual por convênio ou instrumento jurídico análogo.

PROPOSTA Nº 58 - A autoridade de saúde pública deverá exigir dos responsáveis por Sistema de Abastecimento de Água e Solução de Abastecimento Coletivo a elaboração e a implementação de Plano de Segurança da Água (PSA), conforme a metodologia e o conteúdo preconizados pela Organização Mundial da Saúde ou definidos em diretrizes do Ministério da Saúde, para fins de gestão preventiva de risco à saúde, sempre que o sistema de abastecimento de água apresentar elevado grau de vulnerabilidade quali quantitativa em seu manancial de captação ou dependência, em termos de escala, de um único manancial e de uma única Estação de Tratamento de Água (ETA). (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034619.2024-89)

*Justificativa: O art. 49 da Portaria GM/MS nº 888/21 prevê a possibilidade de a autoridade de saúde pública exigir dos responsáveis por SAA e SAC a elaboração e implementação de Plano de Segurança da Água (PSA). No entanto, tal prerrogativa não deve ser entendida como discricionária, e sim como um dever da autoridade de saúde pública, sempre que um sistema de abastecimento de água apresentar elevado grau de vulnerabilidade quali quantitativa em seu manancial de captação, ou dependência, em termos de escala, de um único manancial e de uma única ETA de modo a garantir a segurança do abastecimento de água à população, numa perspectiva de gestão preventiva de riscos à saúde. o PSA é o meio mais eficaz para garantir sistematicamente a inocuidade da água potável e proteger a saúde pública, sendo considerado um componente chave do marco para a segurança da água potável descrito nos Guias de Qualidade da Água Potável da OMS. Isso porque o estresse hídrico quali quantitativo pode interferir negativamente na incidência e prevalência das Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), em suas categorias de doenças de transmissão feco-oral (inclui-se as de veiculação hídrica); doenças transmitidas por inseto vetor; doenças transmitidas pelo contato com água e doenças relacionadas com a higiene (decorrentes da insuficiência no abastecimento de água). Ademais, a intermitência no abastecimento de água pode resultar no aumento do acúmulo de água e reservação provisória, principalmente nas comunidades vulnerabilizadas, aumentando-se os riscos de criadouros de *Aedes aegypti* e conseqüentemente de arboviroses (dengue, Zika e chikungunya), considerada como Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI). Com efeito, observa-se que muitos mananciais de captação de abastecimento público estão localizados em áreas altamente antropizadas, carentes de saneamento básico e que recebem grande contribuição de resíduos sólidos e efluentes domésticos e industriais, tornando os*

processos de tratamento de água cada vez mais dispendiosos ou até mesmo ineficientes na redução/remoção de algumas das substâncias que aí afluem e que podem ter impacto na saúde pública. Além disso, o cenário de insegurança hídrica de várias regiões é agravado pelos impactos das mudanças climáticas, que tornam mais recorrentes e intensos os eventos climáticos extremos, que podem, por sua vez, aumentar o estresse hídrico por diminuírem a oferta da água. Ademais, para além dos problemas relacionados à baixa qualidade ou quantidade da água bruta dos mananciais de captação do Sistema de Abastecimento, tem-se verificado ainda que a qualidade da água com frequência decai no sistema de distribuição, seja em razão da intermitência do serviço, da baixa cobertura da população com sistema público de esgotamento sanitário, da obsolescência da rede de distribuição e de sua manutenção deficiente, ou até mesmo da precariedade das instalações hidráulico-sanitárias, da falta de manutenção adequada dos reservatórios, elevatórias e do manuseio inadequado da água. Some-se a isso que a identificação dos pontos críticos de um sistema de abastecimento de água por riscos de acidentes, derivados de inundações e deslizamentos, é necessária para garantir ações preventivas que visem a maior proteção e integridade das estruturas que compõem o referido sistema. Neste contexto, registra-se sistemas de abastecimento de água que apresentem elevado grau de vulnerabilidade quali-quantitativa em seu manancial de captação, ou dependência, em termos de escala, de um único manancial e de uma única ETA não se mostra apenas recomendável, mas sim imperiosa a elaboração e implementação de um PSA para garantir a segurança do abastecimento de água no Sistema, numa perspectiva de gestão preventiva de riscos à saúde, devendo o art. 49 da Portaria GM/MS nº 888/21 ser interpretado no sentido de que a autoridade de saúde tem o dever de exigir tal providência por parte dos responsáveis por SAA e SAC.

PROPOSTA Nº 59 - O Ministério Público, sempre que possível, deve incluir na denúncia o pedido de fixação de reparação mínima pelos danos causados à vítima, bem como zelar para que as provas produzidas forneçam elementos que viabilizem ao Juízo a fixação de um valor mínimo a título de reparação. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034620.2024-62)

Justificativa: *A finalidade do enunciado é garantir a vítima o direito à reparação, estabelecer nos autores de crimes um efeito dissuasivo, desestimulando futuros atos de violência e, zelar pela valorização da proteção integral da vítima.*

PROPOSTA Nº 60 - Os membros do Ministério Público, no âmbito dos procedimentos instaurados para acompanhar a elaboração/revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico, devem zelar pela inclusão, nos referidos

planos, de normas de segurança hídrica contidas nos princípios fundamentais do serviço público de saneamento básico (art. 2º, inciso XIII, Lei 11.445/2007), nas diretrizes da política de saneamento básico da União (art. 48, inciso XII, Lei 11.445/20), nas normas de referência da Agência Nacional de Água e Saneamento-ANA (art. 4º-A, incisos VI e IX, Lei nº 9.984/2000) e na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, Lei 14.119/21, referentes a: I- Normas relacionadas ao reúso; II- Normas relacionadas ao aproveitamento de águas pluviais; III- Normas relacionadas ao racionamento e a redução de perda hídrica; IV- Normas relacionadas aos pagamentos por serviços ambientais para serviços e atividades benéficas ao aumento da quantidade e qualidade de água de um corpo hídrico; V- Normas que exijam a aplicação de melhores técnicas disponíveis (MTD), que possam ser aplicadas em condições técnica e economicamente viáveis, para a promoção do uso eficiente, econômico, sustentável e racional da água; VI- Normas que exijam o planejamento dos prestadores de serviço de saneamento para a diminuição da quantidade de água usada, com a adoção e a incorporação de novas tecnologias de economia de uso; VII- Normas que exijam apresentação de planejamento prévio de adaptação do uso da água a situações de escassez hídrica, para obter um uso econômico sustentável e compatível com a manutenção da integridade dos recursos hídricos e seus usos múltiplos. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034621.2024-35)

Justificativa: A Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), em julho de 2010, por intermédio da Resolução A/RES/64/292, reconheceu o direito à água limpa e segura como um direito humano essencial para se gozar plenamente da vida e de todos os demais direitos. Ademais, por intermédio da denominada “Agenda 2030”, incluiu, dentre os 17 (dezesete) “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS)”, o festejado e relevante “Objetivo 6 - “Água Potável e Saneamento”, que busca alcançar, em sua meta 6.1, “o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos”. Destaca-se que o direito fundamental de acesso à água de qualidade, previsto na Lei 9.433/97, em seu art. 2º, estabelece entre os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Para atingir esse objetivo, é preciso buscar a utilização racional e a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos, a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. Ressalta-se, outrossim, que a segurança hídrica, no aspecto quali-quantitativo, é um tema de grande relevância

social, e ocupa uma posição de evidência em função de diversos episódios de crise hídrica que o Brasil enfrenta. Essa questão deve ser trabalhada, em sua globalidade, para garantir a paz, a segurança, a dignidade da vida humana e a preservação dos recursos hídricos. O cenário de escassez hídrica é um complexo problema que demanda uma atuação planejada e integrada entre todos os atores envolvidos no uso, gestão, regulação e proteção dos recursos naturais. Digno de nota, por fim, que a PNSB (Lei n.11.445) estabelece entre os princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico a redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva. A citada Lei ainda prevê que a União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes: redução progressiva e controle das perdas de água, inclusive na distribuição da água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com as demais normas ambientais e de saúde pública. Tais diretrizes também devem ser necessariamente observadas nos Planos Municipais de Saneamento Básico, atendendo-se assim aos preceitos previstos na Lei 9.433/97, de utilização racional do uso da água.

PROPOSTA Nº 61 - Com esteio no princípio da atipicidade dos meios executivos (art. 139, IV, CPC), é recomendável a utilização de instrumentos premiais, tais como pagamento parcelado, desconto em folha de pagamento, redução de juros, etc, em busca da efetivação de comandos judiciais ou da pactuação de instrumentos de solução consensual. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034622.2024-08)

Justificativa: *Como pontuam Heloisa Carpena e Renata Ortenblad, independentemente dos argumentos dogmáticos e da defesa retórica, "é preciso atentar para dados da realidade e resgatar a função da ordem jurídica, que é a de aperfeiçoar o convívio social, estimulando comportamentos desejáveis e reprimindo os indesejados". Nesse compasso, as sanções premiais que podem conviver pacificamente com as sanções punitivas, propiciam a criação de um círculo retroalimentante de positividade, funcionando como indutores de comportamentos, o que favorece o cumprimento antecipado de metas e obrigações, em inequívoca efetiva da diretriz normativa da solução consensual dos conflitos.*

PROPOSTA Nº 62 - Em litígios estruturais complexos, é altamente recomendável a incorporação ao processo de corpo técnico qualificado para

auxiliar na compreensão das alternativas para a remoção do estado de desconformidade ao direito, permitindo negociações e acordos; e para tomada de decisões exequíveis, cujas consequências práticas tenham sido bem esclarecidas. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034623.2024-78)

Justificativa: A modelagem de atuação no âmbito dos litígios estruturais complexos dialoga com intensa multidisciplinariedade, avultando a necessidade de auxílio técnico que possa desvendar eventuais alternativas para a superação gradual e contínua da situação de desconformidade. Ademais, o referido viés de atuação se mostra em conformidade com o paradigma consequencialista erigido normativamente pela LINDB (Lei 13.655/18), o qual exige a valoração das consequências práticas da decisão, inclusive contrastada com outras e possíveis alternativas decisórias.

PROPOSTA Nº 63 - O Ministério Público deve zelar para que a vítima seja consultada sobre o desejo de ser informada acerca do ingresso e da saída do autor do fato da prisão, no endereço por ela indicado ou por meio eletrônico, bem como providenciar o registro dessa manifestação no processo. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034624.2024-51)

Justificativa: O enunciado visa garantir o direito à informação da vítima, respeitando sua autonomia e evitando a revitimização. De igual forma assegura a proteção e segurança da vítima e fomenta a confiança no sistema de Justiça. Por fim, acompanha a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas prevista na Resolução 243 do CNMP.

PROPOSTA Nº 64 - Na execução penal cabe ao Ministério Público zelar pela proteção integral da vítima, velando pela sua notificação quando da concessão de benefícios que importem na liberdade do preso e nos casos de fuga/evasão, nos termos do art. 201, § 2º do CPP, salvo manifestação da vítima em contrário. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034625.2024-24)

Justificativa: A proteção integral dos direitos das vítimas é tema de extrema relevância, sendo certo que a vítima de criminalidade merece especial proteção quanto aos seus direitos, inclusive direito à segurança e a ser protegida contra a repetição de delitos da mesma natureza, como destacado no art. 245 da Constituição Federal, no art. 201 do CPP e na Resolução CNMP n. 243/2021 que dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas. Neste cenário, a atuação do Ministério Público tanto perante o juízo da condenação quanto ao juízo da

execução penal, é fundamental, principalmente nos casos que envolvam vítima de especial vulnerabilidade, assim entendida a vítima cuja singular fragilidade resulte, especificamente, de sua idade, do seu gênero, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do fato de o tipo, o grau e a duração da vitimização terem resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições de sua integração social. Certo é que, o Ministério Público deve zelar para que as vítimas tenham participação efetiva na fase da investigação, no processo e também na fase da execução da pena, seja por meio da materialização dos direitos de serem ouvidas, de terem seus bens restituídos, de apresentarem elementos de prova, de serem comunicadas de decisões no curso do processo e, notadamente acerca do ingresso e saída do autor do fato da prisão (saídas extramuros, progressão ao regime aberto, livramento condicional, prisão albergue domiciliar). Desta forma, para o alcance da efetividade dos objetivos institucionais voltados à proteção integral da vítima, revela-se sobremaneira importante o papel do membro do Ministério Público em atuação na execução penal, o qual deve zelar pela proteção da segurança das vítimas e de seus familiares, mediante aplicação efetiva das medidas previstas na legislação pátria, como as estabelecidas pelo art. 201, § 2º do CPP, pelo art. 18 da Lei 14.344/2022 e pelo art. 21 da Lei 11.340/2006.

PROPOSTA Nº 65 - No curso da execução penal cabe ao Ministério Público zelar pela proteção das crianças e adolescentes vítimas, velando para que o representante legal da criança ou do adolescente vítima, desde que não seja o autor das agressões, seja notificado dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, nos termos do art. 18 da Lei 14.344/2022, bem como, cabe zelar pela proteção da vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, velando para que a vítima seja notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, nos termos do art. 21 da Lei 11.340/2006, em ambos os casos, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034626.2024-94)

Justificativa: *A atuação integrada do Ministério Público para a efetiva defesa e contínua proteção das crianças e adolescentes vítimas (Lei nº 13.431/2017 e Lei nº 14.344/2022), bem como, proteção integral da vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006), é tema de extrema relevância pois a vítima de criminalidade merece especial proteção quanto aos seus direitos, inclusive direito à segurança e direito a ser protegida contra a repetição de delitos da mesma natureza, como disposto na Resoluções CNMP nº 243/2021 e na recente Resolução CNMP nº*

287/2024. Neste cenário, a manutenção das medidas de proteção às vítimas pelo Ministério Público na fase da execução penal, é fundamental, principalmente, nos casos que envolvam crianças e adolescentes vítimas (Lei nº 13.431/2017 e Lei nº 14.344/2022) ou envolvam vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11430/2006), sendo primordial a comunicação a estas vítimas ou seus representantes legais, quanto à concessão de liberdade ao preso (saídas extramuros, progressão ao regime aberto, livramento condicional, prisão albergue domiciliar) ou quanto ao registro de fuga/evasão. Desta forma, para o alcance da efetividade dos objetivos institucionais voltados à proteção integral da vítima, revela-se sobremaneira importante o papel do membro do Ministério Público em atuação na execução penal, o qual deve zelar pela proteção da segurança das vítimas e de seus familiares, mediante aplicação efetiva das medidas previstas na legislação pátria, como as estabelecidas pelo art. 18 da Lei 14.344/2022, art. 21 da Lei 11.340/2006 e art. 201, § 2º do CPP.

PROPOSTA Nº 66 - No exercício do dever de zelar pela proteção integral da vítima, cabe ao membro do Ministério Público na execução penal, quando da análise de requerimento de concessão de saída temporária, regime aberto, prisão albergue domiciliar ou livramento condicional, valorar a necessidade de pleitear a fixação de condições especiais, pertinentes a cada benefício, tais como, monitoramento eletrônico, proibição de aproximação e contato com a vítima, proibição de frequentar determinados lugares, comparecimento a programas de recuperação e/ou reeducação e acompanhamento psicossocial. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034628.2024-40)

Justificativa: A atuação integrada do Ministério Público para a efetiva defesa e contínua proteção das vítimas (Lei nº 13.431/2017, Lei nº 14.344/2022, Lei 11.340/2006 e Lei 14.843/2024), é tema de extrema relevância pois a vítima de criminalidade merece especial proteção quanto aos seus direitos, inclusive direito à segurança e direito a ser protegida contra a repetição de delitos da mesma natureza, como disposto na Resoluções CNMP nº 243/2021 e na recente Resolução CNMP nº 287/2024. Neste cenário, sem prejuízo das condições gerais e obrigatórias, é possível a fixação de condições especiais para concessão do regime aberto (art. 115 da Lei de Execuções Penais, alterado pela Lei 14.843/2024), como monitoramento eletrônico e outras, tais como proibição de aproximação e vedação de contato com a vítima e proibição de frequentar determinados lugares, bem como, o comparecimento a programas de recuperação/reeducação e o acompanhamento psicossocial. Da mesma forma, o art. 122, § 1º da LEP estabelece que a ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado no gozo de benefício de saída temporária e, o art. 132, § 2º, alínea “e” da LEP (incluído pela Lei 14.843/2024),

estabelece que poderão ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, a condição de utilizar equipamento de monitoração eletrônica no curso do livramento condicional. Certo é que, as condições especiais se mostram de extrema valia para segurança das vítimas, principalmente nos casos de vítimas de especial vulnerabilidade e/ou nos casos em que o agressor seja pessoa de convivência próxima da vítima (ex: vizinho, parente, colega de trabalho), cuidando para que haja permanente monitoramento de risco pela rede de proteção, atentando-se às situações de ameaça, intimidação ou outras interferências externas que possam comprometer a integridade física e/ou psíquica da vítima.

PROPOSTA Nº 67 - Os artigos 112, § 1º, e 114, inciso II, da Lei de Execução Penal, estabelecem a obrigatoriedade de realização de exame criminológico a fim de que seja analisado o preenchimento do requisito subjetivo para progressão de regime, não cabendo a flexibilização da norma com base em critérios discricionários ou concernentes ao caso concreto (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034629.2024-13)

Justificativa: *A Lei nº 14.843/2023 trouxe nova redação para o art. 112, §1o, da Lei de Execução Penal, nos seguintes termos: “Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) § 1º Em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão. (Redação dada pela Lei nº 14.843, de 2024)” (original sem grifos). Ou seja, a Lei de Execução Penal, com sua redação vigente, exige de forma peremptória resultado positivo no exame criminológico para que os benefícios sejam concedidos. Trata-se, portanto, de imposição legislativa, não sendo facultado ao magistrado, nos limites da legalidade que deve respaldar as decisões judiciais, decidir se irá ou não cumprir a lei. Aliás, outro não foi o objetivo da alteração legislativa: conferir segurança na concessão dos benefícios em sede de execução penal e padronizar a atuação jurisdicional, prevenindo as constantes violações das regras atinentes ao cumprimento dos benefícios. Assim, não cabe ao magistrado relativizar atos normativos emanados do poder competente, quando o conteúdo de tais atos é impositivo e não comporta exceções. A redação trazida pela Lei nº 14.843/2024 é absolutamente clara e, portanto, não comporta integração por parte do juiz. Não há espaço para aplicação de analogia, costumes ou princípios gerais do direito, pois simplesmente não há lacuna a ser integrada. A vontade da lei é cristalina: tornar obrigatória a realização de exame criminológico como requisito à progressão de regime. Eventuais questões de natureza*

prática, como a falta de profissionais ou de estrutura, devem ser resolvidas no âmbito próprio, que é a seara administrativa. Seria temerário e contrário à separação de poderes conferir ao judiciário a análise sobre cumprir ou não determinada lei, de acordo com as eventualidades estruturais de determinada localidade. Em suma, quer pelas peculiaridades do caso concreto, quer pela imposição legal, faz-se necessária a realização dos exames criminológicos para adequada análise do cabimento da progressão de regime.

PROPOSTA Nº 68 - A vedação de saídas extramuros aos crimes hediondos ou perpetrados mediante violência ou grave ameaça contra pessoa, trazida pela Lei nº 14.843/2023, que alterou o art. 122, § 2º, da Lei de Execução Penal, constitui norma de natureza processual, aplicando-se imediatamente a todas as execuções penais em andamento (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034630.2024-83)

Justificativa: *O disposto no art. 122, § 2º, da Lei de Execução Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 14.843/2023, não versa sobre norma de direito penal, mas sim, extrapenal, que fixa condições para a concessão de benefícios, cabendo, portanto, sua aplicação aos procedimentos em curso, na forma do art. 2º do Código de Processo Penal. Muito embora possua reflexos mais gravosos, nada possui essa norma que lhe atribua a natureza de norma penal, motivo pelo qual, em relação a ela, deve ser observado o brocardo do tempus regit actum, ou seja, a aplicação da lei vigente à época em que o ato jurídico venha a ser praticado. Assim, reconhecer, no caso concreto, que o tempo rege o ato significa entender que, para fins de concessão de benefícios em sede de execução penal, no presente momento, devem ser observadas as condições legais atuais, uma vez que se trata de expectativa de direito, que deve ser submetida à análise, e não de direito adquirido propriamente dito. Por outro lado, benefícios que tenham sido deferidos na vigência da lei anterior devem ser mantidos, pois, aí sim, há o direito adquirido, nos termos do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o que não se confunde com a situação em que a análise objetiva e subjetiva para a concessão da benesse sequer tenha sido feita. Conforme dispõe o art. 2º do Código de Processo Penal, já mencionado, não há prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. Contudo, novos atos jurídicos devem se submeter ao novo ordenamento. Dessa forma, cabe ressaltar que o preso, quando inicia o cumprimento de pena, não possui direito certo e adquirido a nenhuma das benesses em sede de execução penal, pelo que cada incidente de execução referente a benefícios depende de prévia avaliação do preenchimento dos respectivos requisitos, objetivo e subjetivo. Assim, é possível que o apenado, demonstrando indícios de ressocialização e adequação às normas do cárcere, consiga materializar, na totalidade, os direitos previstos no ordenamento jurídico, ao passo que, em caso contrário, o preso torna-se passível de cumprimento de pena integralmente recluso em estabelecimentos prisionais, sem que*

tal condição afronte aos princípios que regem a execução ou aos princípios de Direito Penal. Logo, ainda que se deva reconhecer o sujeito passivo do processo de execução penal como titular de direitos e garantias, conforme preceitua o atual entendimento acerca da natureza da execução penal, há de se aceitar que tais direitos não são absolutos e certos, bem como não são imunes a efeitos de disposições legislativas posteriores. Nesse sentido, sublinhe-se, o simples início de cumprimento de pena privativa de liberdade com previsão de possibilidade de concessão de saídas extramuros em determinado momento, não se constitui em direito adquirido da benesse. Portanto, não há que se falar em princípio da irretroatividade da norma no presente caso, tendo em vista que sua aplicação não caracteriza efeito ex tunc in malam partem, já que, apesar de o crime haver sido cometido anteriormente a sua vigência, o incidente a ser analisado está sendo pleiteado no momento atual, sendo inerente somente ao processo de execução, cabendo, portanto, a imediata aplicação da nova regra, sob o amparo legal do art. 2º do Código de Processo Penal.

PROPOSTA Nº 69 - Não cabe remição de pena baseada tão somente na autodeclaração do tempo de estudo pelo interno, sem prova de monitoramento das atividades pedagógicas por parte da Administração Penitenciária para a devida verificação do número de horas efetivamente dispensadas pelo apenado no curso ministrado a distância, pois, o tempo dedicado ao estudo é a principal base para o cálculo do benefício de remição. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034631.2024-56)

Justificativa: *Trata-se de tema relevante ante à recorrente concessão de remição de pena baseada em certificados de conclusão de cursos a distância, sem a comprovação da devida fiscalização da atividade educacional pela Administração Penitenciária, ensejando a interposição de inúmeros agravos de execução pelo Ministério Público. O artigo 126 da Lei 7.210/94 admite a remição com base em atividades educativas realizadas na modalidade a distância, mas impõe as condições para tal. Igualmente, visando regulamentar e estimular tal modalidade de remição, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 391/2021 com previsão, em seu art. 4º, de requisitos objetivos para a remição, destacando a indicação de pessoa ou instituição responsável por sua execução e dos educadores ou tutores que acompanharão as atividades desenvolvidas e a forma de realização dos registros de frequência. Levando em consideração tais exigências legais, tem-se que certificado de conclusão que venha a ser elaborado meramente com base no prazo estipulado para estudo e planilhas preenchidas pelo próprio apenado, sem documento que comprove o efetivo controle de tais horas estudadas por parte da autoridade administrativa, não se mostra válido a ensejar a remição da pena. Com efeito, cabe à unidade prisional o monitoramento e o*

registro das atividades pedagógicas realizadas pelos internos, e isso inclui o tempo efetivamente dedicado ao estudo, conforme art. 129 da LEP. Incabível que o apenado tenha sua pena remida com base em certificados genéricos de curso a distância, cujas planilhas de carga horária de estudo sejam preenchidas pelo próprio penitente, sem atender às exigências normativas, ante a ausência de informação sobre as horas efetivamente dedicadas ao estudo e sem a devida fiscalização e certificação da atividade educacional a distância pela SEAP, na medida em que, o tempo dedicado ao estudo é a principal base para o cálculo do benefício de remição e, como tal, deve ser devidamente registrado e certificado pelas autoridades responsáveis. Cite-se os acórdãos: 5012892-34.2022.8.19.0500 (Julgamento: 18/04/2023 – Primeira Câmara Criminal), 5010558-27.2022.8.19.0500 (Julgamento: 13/04/2023 – Sétima Câmara Criminal), 5007016-98.2022.8.19.0500 (Julgamento: 14/09/2022 – Oitava Câmara Criminal).

PROPOSTA Nº 70 - Reconhecida a condição de reincidente do apenado, tal circunstância deve nortear todo o sistema progressivo. Assim, quando da unificação das penas (artigo 111 da Lei de Execução Penal), a qualidade de reincidente deve incidir sobre o somatório das penas aplicadas, não se justificando a aplicação de fração diferenciada para cada uma das condenações. (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034633.2024-02)

Justificativa: *Reconhecida a condição de reincidente do acusado, na fase de execução, diante da unificação das penas, nos termos do artigo 111 da Lei de Execução Penal, os reflexos desta circunstância, de caráter pessoal, devem nortear todo o sistema progressivo. Deste modo, unificadas as execuções, a qualidade de reincidente, ainda que adquirida em momento posterior ao cometimento de um dos delitos, não enseja a aplicação de fração diferenciada para cada condenação. Nesse sentido é o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, retratado na seguinte ementa: PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. DELITO EQUIPARADO A HEDIONDO. REINCIDÊNCIA. PROGRESSÃO DE REGIME. LAPSO TEMPORAL DE 3/5 (TRÊS QUINTOS). AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte fixou-se no sentido de que, ante a unificação das penas, a condição de reincidente do apenado determina o cumprimento de 3/5 sobre o total. 2. Na hipótese, possuindo o agravante duas condenações, não há falar em aplicação do percentual de 1/6 para a progressão de regime, em relação à primeira condenação, pois, unificadas as penas, conforme determina o art. 111 da LEP, a reincidência deve incidir sobre o somatório. 3. Ademais, esta Corte Superior pacificou entendimento de que a Lei dos Crimes Hediondos não faz distinção entre a reincidência comum ou específica. Assim, havendo*

reincidência, ao condenado deverá ser aplicada a fração de 3/5 da pena cumprida para fins de progressão do regime. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 756.238/GO, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 17/4/2023, DJe de 19/4/2023.) No mesmo sentido é o seguinte julgado: “PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. DELITO EQUIPARADO A HEDIONDO. REINCIDÊNCIA. PROGRESSÃO DE REGIME. LAPSO TEMPORAL DE 3/5 (TRÊS QUINTOS). AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte fixou-se no sentido de que, ante a unificação das penas, a condição de reincidente do apenado determina o cumprimento de 3/5 sobre o total. 2. Na hipótese, possuindo o agravante duas condenações, não há falar em aplicação do percentual de 1/6 para a progressão de regime, em relação à primeira condenação, pois, unificadas as penas, conforme determina o art. 111 da LEP, a reincidência deve incidir sobre o somatório. 3. Ademais, esta Corte Superior pacificou entendimento de que a Lei dos Crimes Hediondos não faz distinção entre a reincidência comum ou específica. Assim, havendo reincidência, ao condenado deverá ser aplicada a fração de 3/5 da pena cumprida para fins de progressão do regime. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 756.238/GO, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 17/4/2023, DJe de 19/4/2023).

PROPOSTA Nº 71 - A concessão de trabalho extramuros com recolhimento domiciliar (TEM HARMONIZADO) constitui progressão *per saltum*, vedada pelo ordenamento jurídico de acordo com o verbete nº 491 da súmula do Superior Tribunal de Justiça e com o artigo 112, contrario sensu, da Lei de Execução Penal (PGEA SEI nº 20.22.0001.0034635.2024-45)

Justificativa: *Inicialmente, necessário esclarecer que a adoção das medidas de harmonização de regime pelo Poder Judiciário brasileiro tem origem na tentativa de contenção da escalada de violações de direitos fundamentais da massa carcerária e no combate à superlotação prisional, questões que foram analisadas pelo plenário da Corte Constitucional no bojo da ADPF nº 347, que reconheceu o cenário de “violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica”. Na oportunidade do julgamento, destacou o Tribunal Superior que “a superlotação carcerária e a precariedade das instalações das delegacias e presídios, mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia”. Contudo, para a adoção da medida de harmonização de regime, necessário que sejam observados parâmetros, que restaram balizados pela Corte Constitucional no julgamento do Recurso Extraordinário nº 641.320/RS, abaixo explicitados de forma resumida: “(...) Havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade*

eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto". Verifica-se da análise do julgado supra a necessidade de uma condição primordial para que se proceda à chamada "harmonização de regime": o déficit de vagas no sistema prisional. Quando, no caso concreto, há vagas suficientes para cumprimento da pena em regime semiaberto, a concessão de trabalho extramuros com "harmonização" em prisão albergue domiciliar consiste verdadeira progressão per saltum, com indevida antecipação da progressão ao regime aberto, possibilidade vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme o entendimento constante no verbete nº 491 da súmula do Superior Tribunal de Justiça e artigo 112 da Lei de Execução Penal. O sistema progressivo brasileiro é constituído por etapas cujas margens de liberdade e reinserção ao meio social vão sendo ampliadas com base no decurso do tempo e na aferição da responsabilidade e mérito do apenado, avaliadas a cada novo benefício que é entregue ao penitente pelo juízo executório, observadas as previsões legais. Dentro dessa lógica progressiva e gradual, inerente à execução penal, as saídas extramuros, possibilidade de benefício disponível para apenados que cumprem pena em regime semiaberto, se apresentam como o primeiro passo do processo ressocializador. Por certo, as hipóteses trazidas no corpo do art. 122 e seguintes da Lei de Execução Penal se consubstanciam como a primeira etapa da gradual reintegração social que compõe o processo executório brasileiro, e por assim ser, necessário que haja meticulosa análise do comportamento do apenado nesses períodos de ausência de vigilância estatal, de modo que se observe se o penitente, agraciado com a primeira parcela de liberdade irrestrita, possui disciplina suficiente para galgar novos benefícios que implicarão em maior grau de liberdade. O benefício de saídas extramuros é baseado na autodisciplina e responsabilidade, visto que o apenado, quando em liberdade nesta condição, fica sem qualquer vigília, pela própria natureza do benefício que consiste em saídas temporárias do estabelecimento prisional sem vigilância direta. São nessas primeiras saídas que se reinicia, de fato, o contato do apenado com a comunidade. Antecipar a progressão para o regime aberto sem o exame necessário da reinserção gradual e sem a devida observância dos parâmetros estabelecidos no ordenamento jurídico é incorrer em flagrante ilegalidade, visto que não há qualquer previsão normativa neste sentido.

PROPOSTA Nº 72 - PROPOSTA RETIRADA DA 2ª JORNADA INSTITUCIONAL, A PEDIDO DO PROPONENTE

PROPOSTA Nº 73 - PROPOSTA RETIRADA DA 2ª JORNADA INSTITUCIONAL, A PEDIDO DO PROPONENTE